



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.

Chapada do Piauí I Holding S.A.

31 de dezembro de 2025

Com relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Sumário

Relatório de Administração	
Relatório de auditoria sobre às demonstrações financeiras, consolidadas e individuais	

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Balancos patrimoniais	1
Demonstrações do resultado	2
Demonstrações do resultado abrangente	3
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	4
Demonstrações dos fluxos de caixa	5

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

1 Informações gerais	6
2 Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas	10
3 Gestão de risco	14
4 Instrumentos financeiros por categoria	22
5 Caixa e equivalentes de caixa	24
6 Aplicações Financeiras Vinculadas às Dívidas	25
7 Contas a receber	26
8 Contas a receber e a pagar a partes relacionadas	27
9 Tributos a recuperar	30
10 Estoques	30
11 Tributos diferidos	31
12 Investimentos	32
13 Imobilizado	34
14 Intangível	36
15 Fornecedores	37
16 Debêntures e financiamento	37
17 Tributos e obrigações trabalhistas	42
18 Provisões	42
19 Patrimônio Líquido	48
20 Receita líquida de vendas	48
21 Custo do serviço de energia elétrica	49
22 Despesas gerais e administrativas e outros ganhos e (perdas) líquidos	50
23 Resultado financeiro	50
24 Imposto de renda e contribuição social	51
25 Prejuízo básico e diluído atribuível por ação	52
26 Compromissos	53
27 Atividade de investimento não envolvendo caixa	53
28 Cobertura de seguros	53
29 Eventos subsequentes	54

Relatório da Administração

Prezados Acionistas,

A Administração da Chapada do Piauí I Holding S.A. ("Controladora", "Companhia" ou "Chapada I") apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações financeiras individuais e consolidadas, com o Relatório dos Auditores Independentes referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

A Companhia

A Chapada I é uma sociedade anônima de capital fechado que faz parte do grupo Essentia Energia, cujo propósito é gerar negócios de alta rentabilidade no mercado de energia renovável, com eficiência na gestão, no desenvolvimento, na implantação, na operação e na comercialização de energia.

A Companhia tem como objetivo social a participação no capital de empresas com foco em ativos de energia renovável e tem como investimento as sociedades Ventos de Santa Joana IX Energias Renováveis S.A. ("Ventos de Santa Joana IX"), Ventos de Santa Joana X Energias Renováveis S.A. ("Ventos de Santa Joana X"), Ventos de Santa Joana XI Energias Renováveis S.A. ("Ventos de Santa Joana XI"), Ventos de Santa Joana XII Energias Renováveis S.A. ("Ventos de Santa Joana XII"), Ventos de Santa Joana XIII Energias Renováveis S.A. ("Ventos de Santa Joana XIII"), Ventos de Santa Joana XV Energias Renováveis S.A. ("Ventos de Santa Joana XV"), Ventos de Santa Joana XVI Energias Renováveis S.A. ("Ventos de Santa Joana XVI").

Governança corporativa

A Companhia mantém o seu sistema de gestão baseado nas melhores práticas de governança, atuando assim de forma ética e com respeito para com seus acionistas e demais partes relacionadas.

Responsabilidade ambiental e social

A Chapada I trabalha em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho.

A Companhia possui Políticas de Sustentabilidade que contemplam os aspectos ambientais, sociais e de saúde e segurança do trabalho. O cumprimento da legislação vigente e a preservação do meio ambiente, assim como a preservação da saúde de todos os seus colaboradores e de quem atua em seu nome são princípios primordiais e prioridades da Companhia.

Recursos humanos

O capital humano é extremamente relevante para a Chapada I, sendo a Companhia conduzida por profissionais altamente qualificados e com larga experiência no setor de energia.

A adoção de regras consoantes com as orientações recomendadas pelos órgãos de saúde e pelas autoridades públicas competentes refletem as medidas tomadas para garantir a saúde dos colaboradores e nas práticas perpetuadas pela Companhia, quais sejam: comunicação ativa, ações de higienização de espaços e áreas de circulação, flexibilização de jornadas e adoção do teletrabalho, entre outros.

Agradecimentos

A Companhia registra os seus agradecimentos aos membros da Diretoria e do seu Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da Companhia. Especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. A Companhia também deixa consignado seu agradecimento aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades do Grupo no exercício de 2025.

A Administração.



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Aos Administradores e Acionistas da
Chapada do Piauí I Holding S.A.
São Paulo - SP**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Chapada do Piauí I Holding S.A. (“Companhia”), e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Chapada do Piauí I Holding S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Este assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada

sobre este assunto.

Reconhecimento de Receita com Energia	
Veja a Nota 20 das demonstrações financeiras.	
Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, as controladas da Companhia reconheceram Receita com Energia no montante de R\$ 130.329 mil, conforme divulgado na nota explicativa 20 às demonstrações financeiras consolidadas.</p> <p>As receitas das controladas da Companhia são oriundas principalmente de Geração de energia elétrica aos consumidores no ambiente regulado e livre. O reconhecimento da receita é realizado com base no fornecimento de energia, acordado em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na Câmara de Comercialização de Energia elétrica por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia e suas controladas esperam ter direito em troca destes bens.</p> <p>Este assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista a relevância dos valores envolvidos, o volume e pulverização das operações e os potenciais efeitos sobre o registro contábil, bem como os riscos de que uma receita de venda de energia seja reconhecida sem a transferência do controle ao cliente e do cumprimento da obrigação de desempenho.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none">– Avaliação das políticas contábeis adotadas pela Companhia no reconhecimento das receitas de geração de energia elétrica;– Obtenção dos relatórios de Contratação de Energia emitidos pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica-CCEE, em que foi confrontado com os relatórios gerenciais das controladas da Companhia relativos à Receita de geração de energia, com o objetivo de confrontar o volume de energia gerado e comercializado, bem como o período de suprimento.– Recalculamos de forma independente, e confrontamos o resultado do procedimento e as contabilizações do corte da receita de dezembro de 2025 realizados pelas controladas da Companhia.– Inspeção, em base amostral, para análise de contratos de venda de energia utilizados na mensuração do preço das transações consideradas no reconhecimento da receita de geração de energia elétrica; <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o reconhecimento da receita de geração de energia elétrica, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, tomadas em conjunto.</p>

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2024, preparadas originalmente antes dos ajustes descritos na nota 2.5.1 foram auditadas por outro auditor, que expressou uma opinião não modificada sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 27 de Março de 2025. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer procedimentos sobre tais demonstrações financeiras ou sobre os referidos ajustes e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguarção sobre eles.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e

executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

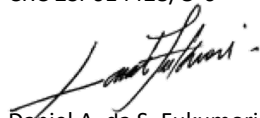
Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos este assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 30 de Março de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP014428/O-6



Daniel A. da S. Fukumori

Contador CRC 1SP245014/O-2

Chapada do Piauí I Holding S.A.

Balancos Patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



Ativos	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo e Patrimônio líquido	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024			Reclassificado	Reclassificado		
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	88.682	114.136	90.361	121.608	Fornecedores	15	21	29	6.037	20.338
Aplicações financeiras vinculadas às dívidas	6	5.925	-	5.925	-	Debêntures e financiamento	16	439.813	485.976	439.813	485.976
Contas a receber	7	-	-	15.762	14.993	Contas a pagar a partes relacionadas	8	-	-	3.317	4.259
Contas a receber de partes relacionadas	8	74.404	79.005	1.708	206	Tributos e obrigações trabalhistas	17	320	512	2.690	6.762
Tributos a recuperar	9	5.772	1.402	12.423	6.330	IRPJ e CSLL corrente		3.300	-	5.145	-
IRPJ e CSLL a recuperar		1.514	-	1.514	-	Passivo de arrendamento		-	-	752	133
Despesas antecipadas		-	-	39	2.211	Provisão de ressarcimento	18 (a)	-	-	177.079	126.883
Estoques	10	-	-	2.934	3.897	Total do passivo circulante		443.454	486.517	634.833	644.351
Outras contas a receber		-	-	102	882						
Total do ativo circulante		176.297	194.543	130.768	150.127						
Não circulante						Não circulante					
Realizável a longo prazo						Tributos diferidos	11	-	-	17	-
Tributos a recuperar	9	-	-	1.234	1307	Provisão de ressarcimento	18 (a)	-	-	33.824	35.799
Contas a receber de partes relacionadas	8	80.614	128.414	-	-	Passivo de arrendamento		-	-	658	-
Aplicações financeiras vinculadas às dívidas	6	58.141	64.761	58.141	64.761	Provisão para desmobilização	18 (b)	-	-	8.259	6.957
Depósitos judiciais	18 (c)	-	-	1.065	897	Provisão para causas judiciais	18 (c)	-	-	1.142	66
Tributos diferidos	11	-	-	6.496	5.011	Total do passivo não circulante		-	-	43.900	42.822
Despesas antecipadas		-	-	7	46						
		138.755	193.175	66.943	72.022	Total do passivo		443.454	486.517	678.733	687.173
Investimentos	12	298.072	302.619	-	-	Patrimônio líquido					
Ativo de direito de uso		-	-	1.230	114	Capital social	19	526.174	526.174	526.174	526.174
Imobilizado	13	-	-	648.647	667.868	Prejuízos acumulados		(356.504)	(322.354)	(356.504)	(322.354)
Intangível	14	-	-	815	862	Total do patrimônio líquido		169.670	203.820	169.670	203.820
Total do ativo não circulante		436.827	495.794	717.635	740.866	Total do passivo e Patrimônio líquido		613.124	690.337	848.403	890.993
Total do ativo		613.124	690.337	848.403	890.993						

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Chapada do Piauí I Holding S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita líquida de vendas	20	-	-	130.329	121.921
Custo de venda de energia elétrica	21	-	-	(88.115)	(80.780)
Lucro bruto		-	-	42.214	41.141
Despesas gerais e administrativas	22	(231)	(492)	(5.614)	(11.968)
Outros ganhos (perdas), líquidos	22	-	200	(21.142)	(15.915)
Resultado com participações societárias	12	(45.452)	(43.700)	-	-
Lucro (prejuízo) operacional		(45.683)	(43.992)	15.458	13.258
Receitas financeiras		68.979	55.978	18.471	9.022
Despesas financeiras		(54.293)	(54.176)	(60.845)	(60.039)
Resultado financeiro	23	14.686	1.802	(42.374)	(51.017)
Prejuízos antes do imposto de renda e contribuição social		(30.997)	(42.190)	(26.916)	(37.759)
Imposto de renda e contribuição social	24	(3.153)	(227)	(7.234)	(4.658)
Prejuízos do exercício		(34.150)	(42.417)	(34.150)	(42.417)
Resultado básico e diluído atribuível por ação R\$				(0,06)	(0,09)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Chapada do Piauí I Holding S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízos do exercício	(34.150)	(42.417)	(34.150)	(42.417)
Outros componentes do resultado abrangente	-	-	-	-
Total do resultado abrangente	(34.150)	(42.417)	(34.150)	(42.417)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Chapada do Piauí I Holding S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



	Capital social	Prejuízos acumulados	Total do Patrimônio líquido
Em 01 de janeiro de 2024	364.174	(279.937)	84.237
Aumento de capital	162.000	-	162.000
Prejuízo do exercício	-	(42.417)	(42.417)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	526.174	(322.354)	203.820
Prejuízo do exercício	-	(34.150)	(34.150)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	526.174	(356.504)	169.670

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Chapada do Piauí I Holding S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Prejuízos antes do imposto de renda e contribuição social		(30.997)	(42.190)	(26.916)	(37.759)
Ajustes de receitas e despesas					
Imposto de renda e contribuição social		(3.153)	-	(7.234)	-
Amortização e depreciação	21 e 22	-	-	36.005	34.073
Amortização de ativo de direito de uso	21 e 22	-	-	701	166
Baixa de ativo imobilizado	22	-	-	23.915	17.743
Resultado com participações societárias	12	45.452	43.700	-	-
Receita de aplicações financeiras vinculadas às dívidas		(8.547)	-	(8.547)	-
Atualização financeira de provisão de desmobilização	23	-	-	790	734
Provisão e atualização financeira de ressarcimento		-	-	51.694	52.308
Provisão para contingência e atualizações		-	-	1.076	65
Provisão de juros - passivo de arrendamento	23	-	-	203	27
Juros, variações monetárias e amortização de custo – debêntures e financiamento	23	51.118	49.867	51.118	49.867
Juros partes relacionadas	23	(51.117)	(49.196)	-	-
Variações nos ativos operacionais					
Contas a receber		-	-	(769)	(4.863)
Contas a receber de partes relacionadas		1	-	(1.502)	-
Tributos a recuperar		(5.884)	657	(9.019)	494
Estoques		-	-	963	226
Despesas antecipadas		-	269	2.211	183
Depósitos judiciais		-	-	(168)	(62)
Outras contas a receber		-	-	780	(830)
Variações nos passivos operacionais					
Fornecedores		(8)	(240)	(331)	(2.599)
Contas a pagar a partes relacionadas		-	216	(942)	4.300
Tributos e obrigações trabalhistas		4.680	558	8.415	1.091
Provisão de ressarcimento		-	-	(3.473)	(34.088)
Caixa gerado pelas operações		1.545	3.641	118.970	81.076
Juros pagos de debêntures e financiamento	16	(37.835)	(41.225)	(37.835)	(41.225)
Partes relacionadas - recebimento de juros cessão de recebíveis		51.117	49.197	-	-
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.572)	(455)	(7.325)	(3.435)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		13.255	11.158	73.810	36.416
Fluxos de caixa das atividades de investimento					
Investimentos em controladas	12	(40.905)	(49.300)	-	-
Partes relacionadas - recebimento de dividendos	1.6 (a)	4.600	-	-	-
Aquisições de bens do ativo imobilizado		-	-	(54.110)	(67.154)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(36.305)	(49.300)	(54.110)	(67.154)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Aplicações financeiras vinculadas às dívidas		(97.202)	(17.258)	(97.202)	(17.258)
Resgates de aplicações financeiras vinculadas às dívidas		106.444	-	106.444	-
Pagamento de debêntures e financiamento	16	(59.446)	(48.929)	(59.446)	(48.929)
Recursos provenientes de aporte de capital de acionistas		-	162.000	-	162.000
Partes relacionadas - recebimento de cessão de recebíveis		47.800	53.724	-	-
Pagamento de arrendamento		-	-	(743)	(179)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) nas atividades de financiamento		(2.404)	149.537	(50.947)	95.634
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos		(25.454)	111.395	(31.247)	64.896
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		114.136	2.741	121.608	56.712
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		88.682	114.136	90.361	121.608

As transações das atividades de investimento que não impactaram caixa estão apresentadas na Nota 27.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Chapada do Piauí I Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



1 Informações gerais

1.1 Contexto operacional

A Chapada do Piauí I Holding S.A. ("Controladora", "Companhia" ou "Chapada I"), com sede e foro na cidade e estado de São Paulo, na Rua Campos Bicudo, n.º 98, 4º andar, Jardim Europa, tem por objeto social a estruturação, o desenvolvimento, a implantação e a exploração de empreendimentos de energia elétrica por fonte eólica.

A Companhia é controlada pela Chapada Branca Holding S.A. ("Chapada Branca") que detém 100% das ações da Companhia. Em última instância a Companhia é controlada pelo Pátria Infraestrutura IV Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia ("Pátria").

1.2 Participações societárias

A Companhia detém 100% de participação nas Sociedades de Propósito Específico ("SPEs") listadas abaixo, cuja atividade principal é a geração de energia eólica. Ao longo destas demonstrações financeiras, a Companhia e suas controladas são referidas conjuntamente como "Grupo".

Controladas	Sede
Ventos de Santa Joana IX Energias Renováveis S.A. ("Ventos de Santa Joana IX")	Marcolândia - PI
Ventos de Santa Joana X Energias Renováveis S.A. ("Ventos de Santa Joana X")	Marcolândia - PI
Ventos de Santa Joana XI Energias Renováveis S.A. ("Ventos de Santa Joana XI")	Marcolândia, Padre Marcos - PI
Ventos de Santa Joana XII Energias Renováveis S.A. ("Ventos de Santa Joana XII")	Simões - PI
Ventos de Santa Joana XIII Energias Renováveis S.A. ("Ventos de Santa Joana XIII")	Marcelândia - PI
Ventos de Santa Joana XV Energias Renováveis S.A. ("Ventos de Santa Joana XV")	Marcelândia, Simões - PI
Ventos de Santa Joana XVI Energias Renováveis S.A. ("Ventos de Santa Joana XVI")	Marcolândia - PI

Os percentuais de participação societária permanecem inalterados nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024.

1.3 Outorga de geração

O Grupo possui outorga de geração emitida pelo Ministério de Minas e Energia – MME conforme listado abaixo.

SPE	Portaria MME	Término das outorgas	Capacidade instalada (MW)	Energia assegurada MWh/Ano
Santa Joana IX	Portaria nº 122, de 24 de março de 2014	Março de 2049	29,60	138.408
Santa Joana X	Portaria nº 106, de 18 de março de 2014	Março de 2049	29,60	140.160
Santa Joana XI	Portaria nº 102, de 12 de março de 2014	Março de 2049	29,60	140.160
Santa Joana XII	Portaria nº 119, de 24 de março de 2014	Março de 2049	28,90	148.044
Santa Joana XIII	Portaria nº 107, de 18 de março de 2014	Março de 2049	29,60	140.160
Santa Joana XV	Portaria nº 121, de 24 de março de 2014	Março de 2049	28,90	141.912
Santa Joana XVI	Portaria nº 105, de 18 de março de 2014	Março de 2049	28,90	152.424
Total			205,10	1.001.268

1.4 Contratos de energia

Contratos de Energia de Reserva (“CER”)

As companhias Santa Joana IX, Santa Joana X, Santa Joana XI, Santa Joana XII, Santa Joana XIII, Santa Joana XV e Santa Joana XVI, conjuntamente denominadas “SPEs Chapada I” firmaram Contratos de Energia de Reserva - CER, na modalidade quantidade de energia elétrica com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”) no 5º Leilão de Energia de Reserva promovido em 23 de agosto de 2013, em conformidade às regras emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), expostas no Edital de Leilão nº 05/2013 - Processo no 48500.002827/2013-76.

Pelo contrato em questão, as controladas da Companhia comprometem-se a vender a totalidade de sua energia gerada à CCEE, pelo prazo de 20 anos, a contar de 01 de setembro de 2015 ao preço de R\$ 109,96 por megawatt-hora (“MWh”) a serem atualizados anualmente pelo IPCA, sendo o preço médio dos CERs praticado em 31 de dezembro de 2025 de R\$216,14 por MWh.

Os limites operacionais contratuais aceitáveis sem cobrança de penalidades ou pagamentos de bônus estão nas faixas que variam de 90% a 130% da energia contratada, apurada anualmente, sendo necessária a entrega de 100% da energia contratada ao final de cada quadriênio. Os desvios superiores ou inferiores entre os volumes de energia contratados e aqueles efetivamente gerados são reconhecidos no Ativo ou Passivo, respectivamente, mediante a aplicação dos fatores de penalidades ou bônus sobre o MWh a ser entregue.

Eventuais diferenças entre a geração e a entrega de energia elétrica prevista em contrato provisionadas anualmente, serão compensadas a cada quadriênio contratual, sendo que o segundo quadriênio se encerrou em 31 de agosto de 2023 e o próximo se encerrará em 31 de agosto de 2027.

Os contratos de *Power Purchase Agreement* (“PPA”) supracitados possuem as seguintes características:

Eólica	Volume PPA MWh/Ano	Início	Término
Santa Joana IX	115.632	set/15	ago/35
Santa Joana X	119.136	set/15	ago/35
Santa Joana XI	123.516	set/15	ago/35
Santa Joana XII	134.028	set/15	ago/35
Santa Joana XIII	117.384	set/15	ago/35
Santa Joana XV	131.400	set/15	ago/35
Santa Joana XVI	134.028	set/15	ago/35
	875.124		

1.5 Contas de ressarcimentos

A conta de ressarcimento com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE reflete as diferenças entre a energia efetivamente gerada e a energia contratada, quando ultrapassados os limites de tolerância regulatórios, resultando no reconhecimento, por estimativa, de ativos ou passivos contratuais. A administração entende que a análise do atendimento a estes limites é uma estimativa significativa.

Os eventos de *curtailment*, caracterizados por restrições de geração determinadas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, afetam diretamente a capacidade de entrega de energia do Grupo. Tais eventos tornaram-se mais frequentes no Brasil a partir de agosto de 2023, quando ocorreu um apagão nacional afetando 25 estados e o Distrito Federal, interrompendo cerca de 31% da carga do Sistema Interligado Nacional (SIN).

Em 24 de novembro de 2025, foi publicada a Lei nº 15.269/2025, que estabeleceu disposições específicas para o tratamento dos cortes de geração e instituiu mecanismos administrativos para eventual compensação parcial dos impactos retroativos, condicionados à apuração pelo ONS, cálculo pela CCEE e à formalização de termo de compromisso com o poder concedente.

Chapada do Piauí I Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



Até a data de emissão das demonstrações financeiras, a regulamentação definitiva ainda não foi concluída e os critérios técnicos e jurídicos para apuração de eventual compensação permanecem em discussão. Dessa forma, considerando o estágio atual do processo regulatório e a ausência de definição quanto aos parâmetros aplicáveis e à efetiva materialização do direito à compensação, a Companhia não reconheceu quaisquer efeitos contábeis relacionados a esse tema nas demonstrações financeiras consolidadas de 2025, permanecendo no aguardo do posicionamento final das autoridades competentes para concluir suas análises.

(a) Ressarcimento - CCEE

Ressarcimento anual: Caso a energia fornecida no ano, e considerando o desvio acumulado do ano anterior, seja inferior a 90% da energia contratada anualmente, o valor do ressarcimento total incluirá:

O valor do ressarcimento equivalente à aplicação do preço contratual vigente sobre o montante em MWh que for inferior aos 90%; e

Uma penalidade, equivalente a aplicação de 15% do preço contratual vigente sobre o montante em MWh que for inferior aos 90%. Caso a energia fornecida seja superior a 130% da energia contratada, o Grupo receberá o valor equivalente a aplicação de 70% do preço contratual vigente sobre o montante em MWh. Em ambos os casos, o acerto financeiro ocorre em 12 parcelas mensais após a conclusão de todo o processo de apuração no próximo ano contratual, mediante liquidação das faturas mensais emitidas entre o Grupo e a CCEE.

Ressarcimento quadrienal: Ao final do exercício de quatro anos (quadriênio), caso a energia fornecida seja inferior a 100% da energia contratada para o exercício, o valor do ressarcimento total incluirá:

- a) O valor do ressarcimento equivalente a aplicação do preço contratual vigente sobre o montante em MWh que for inferior aos 100% do montante contratado; e
- b) Uma penalidade, equivalente a aplicação de 6% do preço contratual vigente sobre o montante em MWh que for inferior aos 100% do montante contratado (lembrando que o ressarcimento anual captura os desvios inferiores a 90%). Caso a energia fornecida seja superior a 100% da energia contratada, o Grupo receberá o valor equivalente a aplicação do preço contratual vigente sobre o montante em MWh, ou pode carregar o saldo para o próximo quadriênio, ou vender para um outro vendedor do mesmo leilão. Na situação da energia quadrienal ser inferior ao limite estipulado, o acerto financeiro ocorre em 12 parcelas mensais a partir da apuração quadrienal. Em contrapartida, caso a energia gerada supere o limite máximo, o acerto financeiro ocorre mediante liquidação das faturas mensais emitidas pelo Grupo à CCEE. O segundo quadriênio se encerrou em 31 de agosto de 2023 e o próximo se encerrará em 31 de agosto de 2027.

1.6 Principais eventos ocorridos no exercício de 2025

(a) Recebimento de dividendos

Em 2025, a Companhia recebeu dividendos de suas controladas conforme segue abaixo:

Controladas	R\$
Ventos de Santa Joana X	988
Ventos de Santa Joana XI	328
Ventos de Santa Joana XII	475
Ventos de Santa Joana XIII	1.929
Ventos de Santa Joana XV	349
Ventos de Santa Joana XVI	531
Total	4.600

Chapada do Piauí I Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



(b) Integralização de capital em Controlada

Em 2025, foram realizados aumentos de capital nas controladas da Companhia conforme segue abaixo:

Controladas	R\$
Ventos de Santa Joana IX	5.359
Ventos de Santa Joana X	5.543
Ventos de Santa Joana XI	4.134
Ventos de Santa Joana XII	6.351
Ventos de Santa Joana XIII	3.196
Ventos de Santa Joana XV	11.154
Ventos de Santa Joana XVI	5.168
Total	40.905

(c) Suspensão dos pagamentos dos ressarcimentos

Em 2025, seguindo o cronograma de liquidação da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), o Grupo pagou o valor de R\$ 3.473, que se refere a parte dos saldos das contas de ressarcimento ("Conta Ressarcimento") que reflete os efeitos sobre a geração de energia fora dos limites de tolerância estabelecidos nos seus CCEAR e que haviam sido suspensos pela ANEEL por força do despacho nº 2.303/2019.

Novo comunicado ao mercado foi publicado pela CCEE em 15 de dezembro de 2025, novamente suspendendo os pagamentos referentes ao passivo dos ressarcimentos contratuais no ACR – Ambiente de Contratação Regulada, que serão tratados posteriormente conforme instrução regulatória e serão informados ao mercado em comunicação específica.

1.7 Situação financeira

	Controladora		Consolidado	
		Reclassificado		Reclassificado
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Total do ativo circulante	176.297	194.543	130.768	150.127
Total do passivo circulante	(443.454)	(486.517)	(634.833)	(644.351)
Capital circulante líquido	(267.157)	(291.974)	(504.065)	(494.224)

O Capital Circulante Líquido (CCL) da Companhia, que representa a diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante, apresentou, em 31 de dezembro de 2025, valor negativo de R\$ 267.157 na controladora (comparado a R\$ 291.974 negativo em 31 de dezembro de 2024) e negativo de R\$ 504.065 no consolidado (comparado a R\$ 492.224 negativo em 31 de dezembro de 2024).

Tal posição decorre, substancialmente, do reconhecimento da provisão de ressarcimento relacionada aos Contratos de Energia de Reserva ("CER"), classificada no passivo circulante. Nos termos desses contratos, a apuração do desempenho da geração considera bandas anuais de tolerância e consolidação quadrienal da energia contratada, o que condiciona a exigibilidade dos valores registrados à verificação dos critérios contratuais aplicáveis.

Adicionalmente, os CER preveem mecanismos de ressarcimento e compensação financeira vinculados ao desempenho da geração, de forma que eventual insuficiência ou excedente em determinado exercício pode ser compensado dentro do período de apuração contratual. Dessa forma, a liquidação ocorre de maneira parcelada e diluída ao longo do tempo, sem concentração de pagamentos em um único período. Portanto, a Administração entende que não há pressão imediata e integral sobre o fluxo de caixa da Companhia em razão da estrutura contratual aplicável.

A Administração monitora continuamente a posição de caixa e as projeções de fluxo de caixa para os próximos 12 meses e concluiu que a Companhia dispõe de liquidez suficiente para honrar integralmente suas obrigações de curto prazo e manter a continuidade de suas operações, por meio de recursos gerados pelas atividades operacionais ou, se necessário, por aportes de capital dos acionistas direto.

2 Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

2.1 Base de elaboração e apresentação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade de o Grupo dar continuidade às suas atividades durante a elaboração das demonstrações financeiras.

A emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração em 30.03.2026.

2.2 Principais políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão descritas juntamente com suas respectivas notas explicativas. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.3 Adoção de normas contábeis – Novas e revisadas

Revisadas e vigentes

<u>Novas normas ou alterações</u>	<u>Alterações</u>	<u>Vigência</u>
CPC 02 Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulante	01.01.2025

A Administração do Grupo avaliou os pronunciamentos acima e não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Chapada do Piauí I Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



Revisadas e não vigentes

Normas		Alterações	Vigência
CPC 40	Instrumentos Financeiros: Evidenciação	Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	01.01.2026
CPC 48	Instrumentos Financeiros	Contratos que fazem referência à eletricidade cuja geração depende de condições naturais	01.01.2026
CPC 51	Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis	Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	01.01.2027

A Administração do Grupo adotará essas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicáveis, quando entrarem em vigor.

2.4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão condizentes com as utilizadas pela administração em sua gestão.

2.5 Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro

O CPC 23 estabelece que podem ocorrer ajustes ou erros no registro, mensuração, apresentação ou divulgação das demonstrações financeiras e que erros materiais de exercícios anteriores devem ser corrigidos retrospectivamente, inclusive por reapresentação dos valores comparativos do período afetado.

O Grupo revisa continuamente a apresentação e a divulgação de suas demonstrações para mantê-las adequadas e alinhadas às normas vigentes.

2.5.1 Reclassificação das Cifras Comparativas

Para assegurar a comparabilidade com a apresentação adotada em 31 de dezembro de 2025, o saldo da dívida junto ao BNDES, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi reclassificado da rubrica de passivo não circulante para passivo circulante, na rubrica de "Debêntures, empréstimo e financiamentos" do balanço patrimonial da controladora e consolidado (Nota Explicativa 16), sem efeitos no resultado do Grupo.

Essa reclassificação decorre do fato de que, em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não atendeu ao índice mínimo de cobertura do serviço da dívida (ICSD) previsto contratualmente e o *wavier* obtido junto ao BNDES que estava condicionado, à inexistência de decretação de vencimento antecipado de suas debêntures, condição que não estava sob o controle da Companhia.

Chapada do Piauí I Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



Os efeitos dessas reclassificações são demonstrados a seguir:

Balanco patrimonial

	Controladora		
	31/12/2024	Reclassificação	31/12/2024 Reclassificado
Fornecedores	29	-	29
Debêntures e financiamento	143.623	342.353	485.976
Tributos e obrigações trabalhistas	512	-	512
Circulante	144.164	342.353	486.517
Debêntures e financiamento	342.353	(342.353)	-
Não circulante	342.353	(342.353)	-
Total do passivo	486.517	-	486.517
Patrimônio líquido			
Capital social	526.174	-	526.174
Prejuízos acumulados	(322.354)	-	(322.354)
Total do passivo e patrimônio líquido	690.337	-	690.337

	Consolidado		
	31/12/2024	Reclassificação	31/12/2024 Reclassificado
Fornecedores	20.338	-	20.338
Debêntures e financiamento	143.623	342.353	485.976
Contas a pagar a partes relacionadas	4.259	-	4.259
Tributos e obrigações trabalhistas	6.762	-	6.762
Provisão de ressarcimento	126.883	-	126.883
Passivo de arrendamento	133	-	133
Circulante	301.998	342.353	644.351
Debêntures e financiamento	342.353	(342.353)	-
Provisão de ressarcimento	35.799	-	35.799
Provisão para causas judiciais	66	-	66
Provisão para desmobilização	6.957	-	6.957
Não circulante	385.175	(342.353)	42.822
Total do passivo	687.173	-	687.173
Patrimônio líquido			
Capital social	526.174	-	526.174
Prejuízos acumulados	(322.354)	-	(322.354)
Total do passivo e patrimônio líquido	890.993	-	890.993

2.6 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional e de apresentação do Grupo é o Real. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

(b) Transações e saldos

Em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024, o Grupo não possuía ativos e passivos mensurados em moedas estrangeiras.

2.7 Uso de estimativas e julgamentos críticos

A preparação das demonstrações financeiras do Grupo exige o uso de estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamentos por parte da Administração. Esse processo envolve a aplicação das políticas contábeis materiais do Grupo em áreas que requerem maior nível de julgamento, caracterizadas por sua complexidade. Adicionalmente, são destacadas as áreas onde as premissas e estimativas possuem impacto significativo na elaboração das demonstrações financeiras.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas do Grupo não apresentam riscos significativos, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras estão apresentadas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa 13 – Imobilizado, depreciação: Aplicação das vidas úteis definidas e taxa de depreciação;

Nota explicativa 14 - Intangível: Aplicação das vidas úteis definidas e taxa de amortização;

Nota explicativa 18 (a) - Provisão de ressarcimento sobre a receita: Os saldos são avaliados e sujeitos a estimativas e premissas relacionada ao contrato de venda de energia proveniente de energia de reserva. Suas premissas e estimativas estão coerentes com as faixas para apuração da receita, cujos limites operacionais contratuais aceitáveis, sem cobrança de penalidades ou recebimentos de bônus, estão nas faixas que variam de 90% a 130% da energia contratada conforme cada ano contratual.

Nota explicativa 18 (b) - Provisão para desmobilização: Os custos de desmobilização de ativos de geração são provisionados com base em estimativas e premissas, considerando as taxas de desconto NTN-B+IPCA e o valor presente dos custos previstos para a desmobilização e remoção dos ativos ao término do prazo de autorização das usinas. Esses custos são reconhecidos contra o ativo correspondente;

Nota explicativa 18 (c) - Provisão para causas judiciais: O reconhecimento e a mensuração de provisão para processos judiciais têm como principais premissas a probabilidade e a magnitude das saídas de recursos.

2.8 Base de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas, abrangendo a Companhia e suas controladas, nas quais a Companhia detém o controle.

O controle é obtido quando a Companhia tem o poder sobre a investida, está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos. A controlada é consolidada integralmente a partir da data em que o controle se inicia, até a data em que este deixa de existir.

As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas e o exercício social dessas controladas coincide com o da Controladora. Os seguintes procedimentos foram adotados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas:

- (i) Eliminação do patrimônio líquido das controladas.
- (ii) Eliminação do resultado de equivalência patrimonial.
- (iii) Eliminação dos saldos de ativos e passivos, receitas e despesas entre as empresas consolidadas, bem como das contas mantidas entre estas controladas.

Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial ajustada na proporção devida nos direitos e nas obrigações contratuais do Grupo.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre controladas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que indiquem uma redução no valor recuperável de ativos, exigindo o reconhecimento nas demonstrações consolidadas. As principais práticas contábeis materiais das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas do Grupo.

3 Gestão de risco

3.1 Fatores de risco financeiro

As atividades do Grupo estão expostas a fatores de riscos financeiros: a) risco de mercado, b) risco de crédito; e c) risco de liquidez. O programa de gestão de risco do Grupo concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro. O Grupo não usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

A gestão de risco é realizada pelo departamento de Tesouraria, seguindo as políticas do Grupo. A Tesouraria identifica, avalia e recomenda ações contra eventuais riscos financeiros em cooperação com a Administração.

Chapada do Piauí I Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



O quadro a seguir sumariza a natureza e a extensão dos riscos decorrentes de instrumentos financeiros e como a Administração do Grupo gerencia sua exposição.

Risco	Exposição	Metodologia utilizada para mensuração do impacto	Gestão
Risco de mercado – Variação monetária e taxa de juros	Debêntures de longo prazo com taxas variáveis (IPCA) e Financiamento (TJLP)	Análise de sensibilidade	Acompanhar e fazer cenários de stress em cima da projeção de serviço da dívida.
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de	Análise de vencimento	Gestão de caixa através de instituições financeiras de primeira linha, definição de limites de concentração/exposição máxima, monitoramento dos ratings pelas principais agências.
	caixa, contas a receber de clientes	Avaliação de crédito	
Risco de liquidez	Debêntures, Financiamento e outros passivos	Previsões de fluxo de caixa	Manutenção de caixa mínimo, monitoramento dos fluxos previstos e realizados, manutenção de aplicações financeiras com liquidez conforme necessário.

(a) Risco de mercado

(i) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

Os objetivos do Grupo na gestão de seu capital consistem em assegurar a continuidade operacional de suas atividades, prover retornos aos acionistas e gerar benefícios às demais partes interessadas.

O Grupo possui contratos de financiamento indexados à TJLP atrelados à variação do DI e debêntures atualizadas monetariamente pelo IPCA. Tal exposição a taxas variáveis representa um risco de fluxo de caixa para o Grupo. Com o intuito de gerir a liquidez em moeda funcional, a Administração monitora periodicamente sua exposição a esses indexadores e avalia a necessidade de cobertura ou não do risco, considerando as perspectivas macroeconômicas.

Com base em variações razoavelmente possíveis nas taxas de juros, o Grupo mensura o impacto potencial no resultado. Essas análises de cenário são elaboradas para os passivos financeiros que representam as posições mais relevantes sujeitas a encargos.

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, o Grupo não possuía contratos de instrumentos financeiros derivativos ou de *swap* de taxa de juros."

(ii) Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro do Grupo. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade das informações utilizadas como base para a preparação dessas análises.

As informações demonstradas no quadro mensuram, contextualmente, o impacto nos resultados do Grupo em função das variações do CDI, TJLP e IPCA.

A seguir, é apresentada a tabela demonstrativa da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, considerando o pronunciamento técnico CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação e os saldos dos principais instrumentos financeiros. A tabela mostra como a despesa e a receita teriam sido reconhecidas no resultado financeiro naquela data para o Grupo, ou seja, como seriam afetadas pelas mudanças no risco relevante variável que sejam razoavelmente possíveis naquela data.

Para verificar a sensibilidade da variação desses indicadores, na data-base de 31 de dezembro de 2025, foram definidos três cenários diferentes, com base no cenário macroeconômico e alinhados à expectativa da Administração do Grupo: (i) considerando a taxa esperada (índices obtidos por meio de informações disponibilizadas pelo mercado) para 31 de dezembro de 2026 (impacto provável no resultado); (ii) com depreciação e apreciação de 25%; (iii) com depreciação e apreciação de 50%.

Chapada do Piauí I Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



			Controladora				
			31/12/2025				
Operação	Indexador	Saldo em exposição	Cenário I	Cenário II		Cenário III	
			Impacto provável no resultado	Redução de índice em 25%	Elevação de índice em 25%	Redução de índice em 50%	Elevação de índice em 50%
	CDI		13,44%	10,08%	16,80%	6,72%	20,16%
	IPCA		4,05%	3,04%	5,06%	2,02%	6,07%
Recursos em aplicações financeiras	CDI	86.751	11.660	8.745	14.575	5.830	17.490
Aplicações financeiras vinculadas às dívidas	CDI	64.066	8.611	6.458	10.764	4.306	12.917
Financiamento	TJLP	(353.888)	(14.332)	(10.749)	(17.916)	(7.166)	(21.499)
Debêntures	IPCA	(87.082)	(3.527)	(2.645)	(4.409)	(1.763)	(5.290)
			Consolidado				
			31/12/2025				
Operação	Indexador	Saldo em exposição	Cenário I	Cenário II		Cenário III	
			Impacto provável no resultado	Redução de índice em 25%	Elevação de índice em 25%	Redução de índice em 50%	Elevação de índice em 50%
	CDI		13,44%	10,08%	16,80%	6,72%	20,16%
	IPCA		4,05%	3,04%	5,06%	2,02%	6,07%
Recursos em aplicações financeiras	CDI	88.253	11.862	8.897	14.828	5.931	17.793
Aplicações financeiras vinculadas às dívidas	IPCA	64.066	2.595	1.946	3.243	1.297	3.892
Financiamento	TJLP	(353.888)	(14.332)	(10.749)	(17.916)	(7.166)	(21.499)
Debêntures	IPCA	(87.082)	(3.527)	(2.645)	(4.409)	(1.763)	(5.290)

Chapada do Piauí I Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



(b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado de forma centralizada pelo Grupo. Esse risco decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto.

Para mitigar o risco associado às instituições financeiras, o Grupo mantém relacionamento com múltiplos bancos, diversificando suas operações. Os investimentos relacionados a sobras de caixa só podem ser realizados em instituições ou fundos que apresentem patrimônio líquido mínimo adequado, com liquidez diária e classificados como baixo risco segundo o mercado local.

Não foram ultrapassados limites de crédito durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024, e a Administração não espera perdas decorrentes de inadimplência em seus ativos financeiros com instituições financeiras.

Em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024, não existiam aplicações financeiras com saldos vencidos ou *impaired*, e a totalidade dos saldos de caixa e equivalentes de caixa e de ativos financeiros estava aplicada em instituições consideradas de primeira linha pela Administração.

O Grupo avaliou seu histórico de recebimentos de contas a receber e identificou que não está exposto a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras firmados no âmbito dos leilões de energia e na formalização de contratos bilaterais. Adicionalmente, os montantes a receber de energia de curto prazo são liquidados via CCEE, o que reduz o risco de crédito nas transações realizadas.

(c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é elaborada pelo departamento de Tesouraria, que monitora, por controlada, os níveis esperados de entradas e saídas de caixa, de forma a assegurar a disponibilidade adequada de recursos para cada operação. A Tesouraria também acompanha as cláusulas contratuais de debêntures e financiamento, bem como monitora o cumprimento de cláusulas restritivas (*covenants*), quando aplicável, com o objetivo de evitar o descumprimento de limites e obrigações previstos nos documentos dessas operações.

Essa previsão considera, ainda, os planos de financiamento e refinanciamento da dívida do Grupo, o atendimento às cláusulas contratuais e, quando aplicável, exigências regulatórias, externas ou legais.

Os excedentes de caixa são aplicados pela Tesouraria em Certificados de Depósito Bancário (CDBs), priorizando instrumentos com baixo risco, vencimentos compatíveis e liquidez diária, conforme as projeções mencionadas acima.

Na data-base, o Grupo mantinha CDBs e caixa disponível na Controladora de R\$ 88.682 (R\$ 114.136 em 31 de dezembro de 2024) e, no consolidado, de R\$ 90.361 (R\$ 121.608 em 31 de dezembro de 2024). Esses saldos, com liquidez diária, podem ser prontamente acessados para fins de gestão do risco de liquidez, quando necessário.

	Controladora				Total Geral
	Vencimentos (i)				
	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 60 meses	Acima de 61 meses	
Em 31 de dezembro de 2025					
Fornecedores	21	-	-	-	21
Debêntures e financiamentos	90.419	93.817	252.120	101.594	537.950
Em 31 de dezembro de 2024					
Fornecedores	29	-	-	-	29
Debêntures e financiamento	97.283	98.730	208.752	262.734	667.499

Chapada do Piauí I Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



	Vencimentos (i)				Consolidado
	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 60 meses	Acima de 61 meses	Total Geral
Em 31 de dezembro de 2025					
Fornecedores	6.037	-	-	-	6.037
Debêntures e financiamentos	90.419	93.817	252.120	101.594	537.950
Contas a pagar a partes relacionadas	3.317	-	-	-	3.317
Passivo de arrendamento	752	983	55	-	1.790
Provisão de ressarcimento	177.079	28.176	5.648	-	210.903
Em 31 de dezembro de 2024					
Fornecedores	20.338	-	-	-	20.338
Debêntures e financiamento	97.283	98.730	208.752	262.734	667.499
Contas a pagar a partes relacionadas	4.259	-	-	-	4.259
Passivo de arrendamento	133	-	-	-	133
Provisão de ressarcimento	126.883	16.362	19.437	-	162.682

(i) As faixas de vencimento apresentadas não são determinadas pela norma, e sim baseadas nos vencimentos contratuais remanescentes. Ressaltamos ainda que as debêntures e financiamento foram considerados os vencimentos originais da escritura, que difere da classificação realizada no balanço, cuja transação foi reclassificada para o passivo circulante (nota explicativa 16)

Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para passivo de arrendamento e debêntures e financiamento.

O Grupo adotou a premissa de não considerar os efeitos de atualizações monetárias baseadas em projeções macroeconômicas futuras para elaboração dos fluxos de caixa não descontados das rubricas de fornecedores, provisão de ressarcimento e partes relacionadas.

A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação.

3.2 Gestão de capital

Os objetivos do Grupo na gestão de seu capital consistem em assegurar a continuidade operacional de seus negócios, visando prover retorno aos acionistas e benefícios às demais partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital otimizada para reduzir o seu custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Grupo, a Administração realiza ou propõe — conforme as alçadas de aprovação dos acionistas — a revisão da política de pagamento de dividendos, a restituição de capital aos acionistas ou, ainda, a emissão de novas ações para, por exemplo, reduzir o nível de endividamento.

Condizentes com as práticas das companhias do setor, o Grupo monitora seu capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, compreende o saldo total das debêntures e financiamento, deduzido do montante de caixa e equivalentes de caixa e das aplicações financeiras vinculadas a essas operações.

O capital total é calculado por meio da soma do patrimônio líquido, conforme apresentado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Chapada do Piauí I Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



Os índices de alavancagem financeira podem ser assim sumarizados:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Total das Debêntures e financiamento	16	439.813	485.976	439.813	485.976
(-) caixa e equivalente de caixa	5	(88.682)	(114.136)	(90.361)	(121.608)
(-) Aplicações financeiras vinculadas às dívidas (i)	6	(5.876)	(64.761)	(5.876)	(64.761)
Dívida líquida		345.255	307.079	343.576	299.607
Total do patrimônio líquido		169.670	203.820	169.670	203.820
Total do capital (patrimônio líquido e dívida líquida)		514.925	510.899	513.246	503.427
Índice de alavancagem financeira - %		67,05%	60,11%	66,94%	59,51%

(i) Para o cálculo da dívida líquida em 31 de dezembro de 2025, apenas os itens (III) e (VI) da nota 6 são deduzidos, pois são as contas que podem ser movimentadas a partir da rubrica de depósitos vinculados a debêntures e financiamentos.

3.3 Outros riscos considerados relevantes

(a) Risco regulatório

As atividades do Grupo, assim como as de seus concorrentes, são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”). Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as operações do Grupo.

O risco de *curtailment* no setor de energia refere-se à limitação ou corte forçado da geração por decisão do Operador Nacional do Sistema Elétrico (“ONS”), mesmo que haja recurso natural disponível para geração, causado por excesso de produção e/ou falta de demanda em determinados dias e horários de pico (sol forte, ventos intensos), congestionamento da rede de transmissão ou falhas em equipamento do sistema de transmissão.

Embora seja um risco inerente ao setor, tornou-se mais relevante a partir de agosto de 2023, atingindo percentuais elevados, sobretudo na região Nordeste. Esse aumento foi motivado principalmente por restrições na infraestrutura de transmissão e por uma política operativa mais conservadora do ONS após o apagão ocorrido em 15 de agosto de 2023.

Tal situação gera prejuízos e afeta a viabilidade de investimentos em renováveis, levando à busca por soluções estruturais, como melhorias na rede de transmissão, ações de incentivo, regulamentação de armazenamento e compensações financeiras, visando mitigar os impactos financeiros sobre os geradores, além de compensações financeiras aos geradores afetados

(b) Risco de alteração da legislação tributária no Brasil

Alterações na legislação tributária podem gerar eventuais impactos no Grupo, como mudanças nas alíquotas dos tributos vigentes, instituição de novos tributos e supressão de benefícios fiscais.

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) nº 132, que estabelece a Reforma Tributária (“Reforma”) sobre o consumo e em 16 de janeiro de 2025 foi sancionada a Lei Complementar nº 214/25 que regulamenta a Reforma, no entanto, vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares (“LC”).

O modelo da Reforma está baseado em IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Foi também instituído o Imposto Seletivo (“IS”), de competência federal, incidente sobre bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de futura regulamentação.

Haverá um período de transição de 2026 até 2033, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos mencionados somente poderão ser mensurados após a conclusão da regulamentação dos temas pendentes por LC. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

(c) Mudanças climáticas

Os parques eólicos do Grupo, por essência, já são grandes contribuintes para a redução das emissões de Gases de Efeito Estufa (“GEE”), que são os principais causadores do aquecimento global e das mudanças climáticas. Ao gerar energia por fonte renovável, ou seja, sem a queima de combustíveis fósseis, o Grupo não só fornece energia limpa para o crescimento econômico do país, como contribui para que o Brasil seja cada vez menos dependente do petróleo.

Em se tratando das consequências das mudanças climáticas e possíveis impactos sobre os negócios do Grupo, os principais riscos operacionais para os negócios são: incêndios, tempestades, com danos à infraestrutura (Linhas de transmissão, Subestações, acessos internos) com consequente interrupção de operação. Entretanto, não foram identificados riscos climáticos relevantes, exceto pela variação do recurso eólico que impacta na geração de energia. O Grupo monitora constantemente e atualiza seus estudos de recurso eólico para avaliar eventuais impactos em sua produção de energia futura.

(d) Riscos de liquidação das debêntures, financiamento e ressarcimentos

O Grupo não tem gerado energia em volume suficiente para atingir os montantes acordados em seus respectivos CER, majoritariamente em razão das restrições de geração impostas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (“ONS”) aos geradores (*curtailment*). Consequentemente, observou-se o descumprimento de *covenants* nos complexos de Chapadas, decorrente do não atingimento do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) definido nos contratos de financiamento com o BNDES e na Escritura da 1ª Emissão de Debêntures (nota explicativa 16), desde a operacionalização dos projetos. Tal situação exigiu, anualmente, a aprovação de *waiver* por parte dos referidos credores.

Não obstante, o Grupo dispõe de caixa reforçado em decorrência dos aportes significativos realizados na Companhia, entre julho e setembro de 2024, no montante total de R\$ 162.000, em razão da aquisição dos ativos eólicos pelos novos acionistas.

Em 2025, a CCEE retomou os descontos dos valores da Conta Ressarcimento relativos aos CER, referentes ao período de outubro de 2021 a outubro de 2022, cujo cronograma foi concluído em dezembro de 2025. O Grupo aguarda a divulgação de novo cronograma para as demais parcelas. O saldo estimado a ser descontado nos próximos 12 meses é de R\$ 177.079, o que deverá impactar de forma relevante os recebimentos provenientes de CER.

(e) Risco de *impairment*

O Grupo avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo ou grupo de ativos está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos está deteriorado e as perdas por *impairment* são reconhecidas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo ou grupo de ativos que pode ser estimado de maneira confiável.

Em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024, o Grupo não identificou indicativos de perda por *impairment* para um ativo ou grupo de ativos.

4 Instrumentos financeiros por categoria

(a) Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja uma conta a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(b) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). Não há ativos financeiros classificados ao valor justo por meio do resultado abrangente ("VJORA").

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Mensuração subsequente de ganhos e perdas

VJR - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado - Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao VJR caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(c) Desreconhecimento

Ativos financeiros

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

O Grupo realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(d) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Não foram compensados instrumentos financeiros em nenhum dos exercícios apresentados.

(e) Impairment de ativos financeiros

O Grupo avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são reconhecidas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024 o Grupo não identificou evidências de perda por *impairment* para um ativo ou grupo de ativos financeiros.

(f) Instrumentos financeiros mensurados a custo amortizado

Ativos financeiros

Os ativos financeiros ao custo amortizado são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes).

Em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024 o Grupo não identificou evidências de perda por *impairment* para um ativo ou grupo de ativos financeiros.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Não houve mudança na classificação dos ativos e passivos financeiros entre os métodos de avaliação durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024.

Os ativos e passivos financeiros ao custo amortizado conforme o balanço do Grupo estão apresentados abaixo:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativos, conforme o balanço patrimonial					
Caixa e equivalentes de caixa	5	88.682	114.136	90.361	121.608
Aplicações financeiras vinculadas às dívidas	6	64.066	64.761	64.066	64.761
Contas a receber	7	-	-	15.762	14.993
Contas a receber de partes relacionadas	8	155.018	207.419	1.708	206
Outras contas a receber		-	-	102	882
Ao custo amortizado		307.766	386.316	171.999	202.450
Passivo, conforme o balanço patrimonial					
Debêntures e financiamento	16	439.813	485.976	439.813	485.976
Contas a pagar a partes relacionadas	8	-	-	3.317	4.259
Fornecedores	15	21	29	6.037	20.338
Provisão de ressarcimento		-	-	-	162.682
Passivo de arrendamento		-	-	1.410	133
Ao custo amortizado		439.834	486.005	450.577	673.388

O valor contábil das debêntures, mensurado com base no custo amortizado, apresenta diferença em relação ao valor justo, no montante de R\$ 11.069. A mensuração do valor justo foi realizada com base na análise individualizada do instrumento financeiro, utilizando-se de informações observáveis de mercado, notadamente cotações de negociações realizadas com o mesmo título no mercado secundário. Essa abordagem reflete uma técnica de avaliação compatível com o Nível 2 da hierarquia do valor justo, conforme definido pelo CPC 46. Os demais passivos financeiros mensurados com base no custo amortizado não diferem significativamente dos valores contábeis.

5 Caixa e equivalentes de caixa

Política contábil

Incluem os saldos de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras com liquidez imediata, registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

As aplicações financeiras são reconhecidas e mensuradas pelo custo amortizado e os resultados financeiros auferidos nessas operações são alocados diretamente ao resultado na controladora e nas investidas.

Chapada do Piauí I Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Recursos em banco e em caixa	1.931	1	2.108	209
Recursos em aplicações financeiras	86.751	114.135	88.253	121.399
	88.682	114.136	90.361	121.608

As aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2025 referiam-se a CDBs atrelados à taxa DI, remunerados a uma taxa de 97% do CDI com liquidez imediata (99% do CDI em 31 de dezembro 2024), com liquidez imediata.

6 Aplicações Financeiras Vinculadas às Dívidas

As aplicações financeiras vinculadas são exigidas pelos contratos de financiamento, pela escritura das debêntures são compostos pelas contas reservas mencionadas abaixo:

(i) Conta Reserva do Serviço da Dívida BNDES

Contas correntes de titularidade da Companhia, não movimentáveis, constituídas em benefício do BNDES, para as quais são transferidos das contas centralizadoras, até o último dia da carência, os valores necessários para perfazerem os saldos correspondentes a 3 (três) vezes os valores das últimas prestações vencidas dos serviços das dívidas.

(ii) Conta Reserva do Serviço da Dívida das Debêntures

Conta corrente de titularidade da Companhia, não movimentável, constituída em benefício do Agente Fiduciário, para as quais são transferidos da conta centralizadora, até o último dia da carência, o valor necessário para perfazer o saldo correspondente a 1 (uma) prestação do serviço da dívida futura, que deverá ser preenchida com 6 (seis) meses de antecedência ao seu efetivo pagamento, entendendo-se por prestação do serviço da dívida como a soma da amortização do principal e juros da dívida decorrentes do referido contrato.

(iii) Conta de Pagamento das Debêntures

Conta corrente de titularidade da Companhia, não movimentável, cujo saldo deverá perfazer o valor correspondente à 1 (uma) prestação do serviço da dívida futura a ser preenchida mensalmente, com o valor equivalente a 1/6 (um sexto) da próxima parcela de principal e juros. fiduciário.

(iv) Conta Reserva de O&M

Contas correntes de titularidade da Companhia, não movimentáveis, cujos saldos devem perfazer os montantes equivalentes a $\frac{1}{4}$ (um quarto) dos valores anuais de pagamentos de cada uma das SPEs em decorrência dos respectivos contratos de O&M, devendo providenciar-se, a cada 31 de dezembro, para que os saldos correspondam a $\frac{1}{4}$ (um quarto) dos valores de pagamentos previstos para o ano subsequente.

(v) Conta Reserva de Complementação do ICSD – Debêntures

Conta corrente de titularidade da Companhia, não movimentável. Caso, em cada uma das datas de apuração do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), não seja atingido o índice de 1,20 (um inteiro e vinte centésimos) (inclusive), mas o ICSD apurado seja superior à 1,10 (um inteiro e dez centésimos) (exclusive), a Companhia poderá depositar na conta de complementação do ICSD, recursos necessários para que o cálculo do referido ICSD, considerando a totalidade dos recursos mantidos na conta de complementação do ICSD, atinja 1,20 (um inteiro e vinte centésimos), no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da referida data de apuração.

Chapada do Piauí I Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



(vi) Conta Centralizadora

Contas correntes de titularidade da Companhia, não movimentáveis, constituídas exclusivamente para receberem os recursos derivados dos contratos de cessão de recebíveis, bem como os recursos de qualquer transferência de valor realizado pelas SPEs às suas respectivas holdings, por qualquer meio legal e contabilmente permitido, com o intuito de realizar o pagamento dos serviços das dívidas decorrentes dos instrumentos de financiamento.

Os montantes das contas supracitadas são aplicados em fundos de investimentos pelo banco administrador.

Composição

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Circulante		
Conta Centralizadora	5.925	-
	5.925	-
Não Circulante		
Conta Reserva do Serviço da Dívida BNDES	17.894	18.695
Conta Reserva do Serviço da Dívida das Debêntures	14.674	14.541
Conta de Pagamento das Debêntures	5.876	7.170
Conta Reserva de O&M	6.396	7.207
Conta Reserva de Complementação do ICSD – Debêntures	13.301	11.851
Conta Centralizadora	-	5.297
	58.141	64.761
	64.066	64.761

7 Contas a receber

Política contábil

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela geração de energia elétrica no curso normal das atividades das controladas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos as perdas esperadas.

A Administração efetua análise criteriosa no contas a receber de clientes e de acordo com a abordagem simplificada. Quando necessário, é constituída uma provisão para perdas esperadas para cobrir eventuais perdas desses ativos em sua realização.

O Grupo avaliou seus históricos de recebimentos do contas a receber e identificou que não está exposto a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia e na formalização de contratos bilaterais. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela CCEE, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas. Portanto, após as devidas análises, a Administração não julgou necessário o reconhecimento de provisão para perdas esperadas e por esse motivo não há índice de perda estimadas de créditos para as contas a receber de clientes. O saldo é composto conforme disposto abaixo:

Composição

Em 31 de dezembro de 2025 o saldo de contas a receber é de R\$ 15.762 (R\$ 14.993 em 31 de dezembro de 2024). Nas referidas datas não havia títulos vencidos no contas a receber.

Chapada do Piauí I Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



8 Contas a receber e a pagar a partes relacionadas

Política contábil

As transações com partes relacionadas são realizadas entre as empresas do Grupo, suas coligadas, controladas e acionistas. Essas operações seguem condições comutativas, observando-se as práticas usuais de mercado e, portanto, não originam benefícios ou prejuízos indevidos às partes envolvidas. No curso normal das operações, o Grupo celebra contratos com partes relacionadas, conforme as transações apresentadas no quadro a seguir.

Composição

	31/12/2025		Controladora 31/12/2024	
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Ativo circulante	Ativo não circulante
Ventos de Santa Joana IX	8.363	9.061	8.841	15.258
Ventos de Santa Joana X	6.556	7.104	7.274	12.554
Ventos de Santa Joana XI	5.190	5.624	7.336	12.661
Ventos de Santa Joana XII	13.892	15.051	12.943	22.338
Ventos de Santa Joana XIII	7.447	8.069	8.665	14.954
Ventos de Santa Joana XV	19.464	21.089	16.506	28.488
Ventos de Santa Joana XVI	13.492	14.616	12.839	22.161
Natureza - Cessão de recebíveis	74.404	80.614	74.404	128.414
Ventos de Santa Joana X	-	-	987	-
Ventos de Santa Joana XI	-	-	328	-
Ventos de Santa Joana XII	-	-	475	-
Ventos de Santa Joana XIII	-	-	1.932	-
Ventos de Santa Joana XV	-	-	348	-
Ventos de Santa Joana XVI	-	-	531	-
Natureza - dividendos	-	-	4.601	-
Total	74.404	80.614	79.005	128.414

Chapada do Piauí I Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



Empresas	Consolidado			
	31/12/2025		31/12/2024	
	Ativo circulante	Passivo circulante	Ativo circulante	Passivo circulante
Chapada Branca	-	623	-	1.539
Ventos de Santa Joana I Energias Renováveis S.A.	30	-	26	-
Ventos de Santa Joana III Energias Renováveis S.A.	31	-	26	-
Ventos de Santa Joana IV Energias Renováveis S.A.	28	-	24	-
Ventos de Santa Joana V Energias Renováveis S.A.	30	-	26	-
Ventos de Santa Joana VII Energias Renováveis S.A.	30	-	26	-
Ventos de Santo Augusto IV Energias Renováveis S.A.	30	-	26	-
Ventos de Santo Augusto III Energias Renováveis S.A.	31	-	26	-
Ventos de Santo Augusto V Energias Renováveis S.A.	32	-	26	-
Natureza – custos e despesas compartilhados	242	623	206	1.539
Invenergy Serviços Brasil Ltda.	1.466	-	-	-
Natureza - outras contas a receber	1.466	-	-	-
Invenergy Serviços Brasil Ltda.	-	2.694	-	2.720
Natureza - fornecedores	-	2.694	-	2.720
Total	1.708	3.317	206	4.259

Impacto no resultado

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
	Resultado		Resultado	
Ventos de Santa Joana IX	6.074	5.418	-	-
Ventos de Santa Joana X	4.997	6.438	-	-
Ventos de Santa Joana XI	5.040	6.177	-	-
Ventos de Santa Joana XII	8.892	6.463	-	-
Ventos de Santa Joana XIII	5.953	7.421	-	-
Ventos de Santa Joana XV	11.340	12.385	-	-
Ventos de Santa Joana XVI	8.821	4.894	-	-
Natureza - Receita de juros de cessão de recebíveis	51.117	49.196	-	-
Chapada Branca	-	-	(5.942)	(4.480)
Natureza - custo e despesa compartilhados	-	-	(5.942)	(4.480)

Cessão de recebíveis

Para viabilizar a implantação do parque eólico, a Companhia obteve junto ao BNDES financiamento e aportou os recursos nas Controladas através do contrato de Cessão de Recebíveis, que assegura o fluxo de recursos do financiamento junto ao BNDES. Em 31 de dezembro 2025 e em 31 de dezembro de 2024, a Companhia mantém contrato de cessão e aquisição de direitos creditórios (cessão de recebíveis) com suas controladas, com vencimento em 2032.

O contrato de cessão de recebíveis foi celebrado entre a Companhia e suas controladas no dia 4 de fevereiro de 2015.

Chapada do Piauí I Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



Compartilhamento de custos e despesas

Em 31 de dezembro 2025, o Grupo mantinha contratos de compartilhamentos de custos com partes relacionadas, a saber:

(i) Compartilhamento de custos e despesas complexo de Chapadas

As subsidiárias das controladas da Companhia mantêm contratos de compartilhamento de custos e despesas. Esses contratos têm por objeto o rateio, entre as empresas, dos custos e despesas incorridos na administração, operação e manutenção das usinas, desde que tais gastos gerem benefícios para as partes envolvidas.

(ii) Compartilhamento de despesas do escritório de São Paulo - SP

A controladora da Companhia Chapada Branca Holding S.A. mantém contrato de compartilhamento de despesas com suas subsidiárias, com o objetivo de compartilhar, substancialmente, despesas com pessoal, gerais e administrativas. Essas despesas são repassadas com base em critério de rateio definido em contrato firmado entre as partes.

(iv) Compartilhamento de custos e despesas do escritório de Natal - RN

Além dos contratos de compartilhamento de custos supracitados, a controladora Chapada Branca Holding S.A. mantém contrato referente aos custos do Centro de Operação de Geração ("COG") em Natal - RN, com suas subsidiárias.

O COG monitora as operações das usinas eólicas dos complexos de Chapadas, Asa Branca e Essentia PCHs nesse sentido, os custos incorridos nessa filial, são compartilhados de acordo com a potência instalada das usinas beneficiadas.

Fornecedores

O saldo de fornecedores compreende os passivos constituídos em virtude dos contratos de operação e manutenção dos parques geradores. Os serviços atrelados a estes contratos foram prestados por entidades vinculadas ao grupo do acionista minoritário da controladora da Companhia Chapada Branca.

Outras contas a receber

O saldo de outras contas a receber decorre do mecanismo de garantia de disponibilidade previsto no contrato de operação e manutenção. Quando a disponibilidade dos parques fica abaixo do nível garantido, a prestadora de serviços deve pagar valores compensatórios à Companhia.

Remuneração do pessoal chave da Administração

Em 31 de dezembro de 2025, não houve valores de remuneração atribuídos ao pessoal-chave da Administração, uma vez que as despesas relacionadas passaram a ser centralizadas por outra empresa controlada pelo Pátria. O montante total, incluindo encargos e benefícios, corresponde a R\$ 9.078. Em 31 de dezembro de 2024, o valor pago a título de remuneração ao pessoal-chave da Administração foi de R\$ 131.

9 Tributos a recuperar

Política contábil

Os tributos a recuperar são mantidos no ativo principalmente com a finalidade de reconhecer no balanço patrimonial do Grupo os valores contábeis que serão objeto de futura recuperação.

Composição

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Circulante				
PIS/COFINS sobre ressarcimento (i)	-	-	6.463	4.631
PIS/COFINS	1	-	1	-
IRRF sobre aplicações financeiras	4.821	589	4.823	590
IRPJ, CSLL, PIS, COFINS e IRRF retido na fonte	-	-	-	1.109
Outros tributos a recuperar	950	813	1.136	-
	5.772	1.402	12.423	6.330
Não Circulante				
PIS/COFINS sobre ressarcimento (i)	-	-	1.234	1.307
	-	-	1.234	1.307
	5.772	1.402	13.657	7.637

(i) PIS, COFINS, sobre provisão de ressarcimento que representa a quantidade de energia faturada, mas não gerada no ambiente dos contratos de venda de energia valorado pelo preço dos contratos.

10 Estoques

Política contábil

Os estoques são compostos preponderantemente por peças de reposição e materiais de consumo utilizados na manutenção das atividades das usinas.

Os estoques são inicialmente reconhecidos ao custo de aquisição e, posteriormente, mensurados com base no custo médio. Quando ocorre a baixa de itens destinados à manutenção das usinas, esses itens são baixados pelo custo médio, com contrapartida registrada na rubrica de custos de manutenção no resultado.

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de estoques é de R\$ 2.934 (R\$ 3.897 em 31 de dezembro de 2024) no consolidado.

11 Tributos diferidos

Política contábil

Os tributos diferidos ativos são constituídos com base nas diferenças temporárias entre as bases contábil e fiscal, decorrentes dos desvios apurados entre a energia gerada e a efetivamente faturada pelas controladas da Companhia, uma vez que o reconhecimento contábil ocorre por competência, enquanto a apuração fiscal ocorre por caixa, no momento da sua liquidação financeira, considera as alíquotas aplicáveis sob o regime de tributação do lucro presumido. A expectativa de realização desses montantes está alinhada aos ciclos de liquidação anuais e quadrienais dos ressarcimentos previstos nos contratos de comercialização de energia.

Os tributos diferidos passivos são referentes ao imposto de renda e contribuição social que foram constituídos com base nas diferenças temporárias existentes entre a receita financeira de aplicação financeira competência registrada na contabilidade e a receita financeira de aplicação financeira caixa utilizada como base para tributação do fiscal. Os impostos diferidos foram calculados utilizando como forma de tributação o lucro presumido.

Composição

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Ativo de imposto diferido sobre a provisão de ressarcimento		
IRPJ e CSLL	5.454	3.908
Ativo de imposto diferido a ser recuperado em até 12 meses	5.454	3.908
IRPJ e CSLL	1.042	1.103
Ativo de imposto diferido a ser recuperado depois de mais de 12 meses	1.042	1.103
	6.496	5.011

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de tributos diferidos passivos é de R\$ 17.

Chapada do Piauí I Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



12 Investimentos

Política contábil

Os investimentos em controladas são aqueles em que a Controladora (i) está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e (ii) tem a capacidade de interferir nesses retornos por meio do poder que exerce sobre ela.

Esses investimentos são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Para fins de apresentação das demonstrações contábeis consolidadas, as controladas são consolidadas integralmente.

Composição e movimentação do investimento

	Nota	Ventos de Santa Joana IX	Ventos de Santa Joana X	Ventos de Santa Joana XI	Ventos de Santa Joana XII	Ventos de Santa Joana XIII	Ventos de Santa Joana XV	Ventos de Santa Joana XVI	Total do investimento
Participação acionária		100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	
Patrimônio líquido em 1º de janeiro de 2024		35.336	41.344	35.691	49.346	38.978	47.627	49.235	297.557
Equivalência patrimonial		(6.653)	(4.874)	(5.207)	(7.850)	(4.078)	(11.892)	(2.835)	(43.389)
Equivalência patrimonial - Amortização de capitalização de encargos financiamento		(41)	(42)	(41)	(49)	(42)	(46)	(50)	(311)
Dividendos constituídos		-	-	-	-	(538)	-	-	(538)
Aumento de capital		10.700	4.300	6.100	9.300	4.300	5.700	8.900	49.300
Saldo em 31 de dezembro de 2024		39.342	40.728	36.543	50.747	38.620	41.389	55.250	302.619
Equivalência patrimonial		(6.684)	(5.876)	(3.939)	(7.413)	(700)	(14.546)	(5.983)	(45.141)
Equivalência patrimonial - Amortização de capitalização de encargos financiamento		(41)	(42)	(41)	(49)	(42)	(46)	(50)	(311)
Aumento de capital	1.6 (b)	5.359	5.543	4.134	6.351	3.196	11.154	5.168	40.905
Saldo em 31 de dezembro de 2025		37.976	40.353	36.697	49.636	41.074	37.951	54.385	298.072

Chapada do Piauí I Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



Resumo das informações financeiras das controladas

	31/12/2025					
Controladas	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio Líquido	Demonstração do resultado
Ventos de Santa Joana IX	4.075	83.127	34.338	15.279	37.585	(6.684)
Ventos de Santa Joana X	3.378	82.174	32.095	13.506	39.951	(5.876)
Ventos de Santa Joana XI	4.068	81.096	37.047	11.814	36.303	(3.939)
Ventos de Santa Joana XII	4.293	108.260	42.117	21.270	49.166	(7.413)
Ventos de Santa Joana XIII	3.295	78.332	27.806	13.137	40.684	(700)
Ventos de Santa Joana XV	5.097	113.838	52.806	28.618	37.511	(14.546)
Ventos de Santa Joana XVI	4.869	109.715	39.773	20.891	53.920	(5.983)
Total	29.075	656.542	265.982	124.515	295.120	(45.141)

	31/12/2024					
Controladas	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio Líquido	Demonstração do resultado
Ventos de Santa Joana IX	4.331	87.506	31.862	21.064	38.911	(6.653)
Ventos de Santa Joana X	4.723	83.533	29.677	18.295	40.284	(4.874)
Ventos de Santa Joana XI	4.935	85.379	34.714	19.491	36.109	(5.207)
Ventos de Santa Joana XII	5.278	111.061	36.921	29.191	50.227	(7.850)
Ventos de Santa Joana XIII	4.382	82.636	28.684	20.146	38.188	(4.078)
Ventos de Santa Joana XV	5.769	112.184	41.883	35.167	40.903	(11.892)
Ventos de Santa Joana XVI	5.331	110.542	33.256	27.882	54.735	(2.835)
Total	34.749	672.841	236.997	171.236	299.357	(43.389)

13 Imobilizado

Política contábil

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

As controladas reconhecem uma obrigação para desmobilização de ativos (nota explicativa 18 (b)) no período em que elas ocorrem, com contrapartida registrada no respectivo ativo imobilizado.

A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada.

As taxas anuais de depreciação dos bens vinculados ao setor elétrico estabelecidas no Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE, deverão ser adotadas pelas concessionárias e permissionárias do serviço público de geração, transmissão e distribuição. Os outorgados, cujo ato de outorga não prevê indenização dos bens ao término do prazo contratual, devem amortizar esses bens pelo prazo da autorização.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. Sempre que um bem sofrer um reparo, reforma ou transformação que resulte na alteração de sua vida útil, este valor poderá ser imobilizado em adição ao valor residual do ativo. A contagem da vida útil do bem deverá ser reiniciada, de acordo com as taxas de depreciação regulatórias vigentes.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outros ganhos (perdas), líquidos" na demonstração do resultado.

As taxas de depreciação utilizadas nas controladas da Companhia são baseadas nas premissas dispostas na resolução normativa Nº 674/2015 de 11 de agosto de 2015 da ANEEL, limitado ao prazo de autorização.

Teste de redução ao valor recuperável

O Grupo avalia anualmente ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem possível perda no valor recuperável de seus ativos, a necessidade de realização de teste de *impairment*.

A administração não identificou indícios de perda no valor recuperável dos ativos, não sendo necessária a realização de testes de *impairment* no exercício.

Chapada do Piauí I Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



					Consolidado
	Imobilizado em andamento	Máquinas, equipamentos e outros	Edificações, obras civis e benfeitorias	Provisão de desmobilização	Total
Em 01 de janeiro de 2024	257	643.829	3.138	1.639	648.863
Adição	33.436	39.386	-	-	72.822
Depreciação	-	(33.794)	(141)	(91)	(34.026)
Baixa imobilizado	-	(27.066)	-	(859)	(27.925)
Baixa depreciação	-	8.134	-	-	8.134
Transferência	(15.007)	15.007	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	18.686	645.496	2.997	689	667.868
Custo	18.686	925.672	4.199	1.702	950.259
Depreciação acumulada	-	(280.176)	(1.202)	(1.013)	(282.391)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	18.686	645.496	2.997	689	667.868
Adição	11.012	29.128	-	512	40.652
Depreciação	-	(35.726)	(141)	(91)	(35.958)
Baixa imobilizado	-	(37.051)	-	-	(37.051)
Baixa depreciação	-	13.136	-	-	13.136
Transferência	(25.669)	25.669	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	4.029	640.652	2.856	1.110	648.647
Custo	4.029	943.418	4.199	2.214	953.860
Depreciação acumulada	-	(302.766)	(1.343)	(1.104)	(305.213)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	4.029	640.652	2.856	1.110	648.647
Taxa média anual de depreciação		4%	3%	5%	

(a) Aquisições

As adições ao imobilizado referem-se substancialmente aos investimentos no parque eólico, que consiste na substituição de peças e partes dos aerogeradores, com o objetivo de aumentar as margens de segurança e eliminar defeitos provenientes de falhas de manufatura.

(b) Bens em garantia

Conforme contrato de financiamento junto ao BNDES, o Grupo dá ao banco a propriedade fiduciária dos aerogeradores, que estão substancialmente alocados na rubrica de máquinas, equipamentos e outros.

14 Intangível

Política contábil

Direito de uso de servidão

Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade, como servidões de passagem. Esses direitos referem-se, em geral, à passagem para linhas de transmissão associadas à geração de energia na área das usinas do Grupo e em áreas urbanas e rurais particulares, constituídos por indenização em favor do proprietário do imóvel.

Estes ativos intangíveis são de vida útil definida e serão amortizados em 30 anos.

Softwares

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares, que em geral é de cinco anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em exercício subsequente.

Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a três anos.

Chapada do Piauí I Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



	Consolidado		
	Direito de uso de servidão	Software	Total
Em 01 de janeiro de 2024	890	19	909
Amortização	(41)	(6)	(47)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	849	13	862
Custo	1.177	180	1.357
Amortização acumulada	(328)	(167)	(495)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	849	13	862
Amortização	(41)	(6)	(47)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	808	7	815
Custo	1.177	180	1.357
Amortização acumulada	(369)	(173)	(542)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	808	7	815
Taxa média anual de amortização	3%	3%	

15 Fornecedores

Política contábil

O saldo de fornecedores representa as obrigações a pagar por bens ou serviços adquiridos no curso normal das atividades do Grupo. Essas obrigações são classificadas como passivos circulantes se o vencimento ocorrer em até doze meses; caso contrário, são apresentadas no passivo não circulante.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de eventuais custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

Composição

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Materiais e serviços	21	29	1.306	1.284
Aquisições de ativos imobilizados	-	-	4.057	18.027
Custo de transmissão	-	-	600	962
Taxa de fiscalização Aneel	-	-	74	65
	21	29	6.037	20.338

16 Debêntures e financiamento

Política contábil

As debêntures e financiamento são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, o financiamento captado é apresentado pelo custo amortizado, isto é, acrescido de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*). As debêntures emitidas pelo Grupo não são conversíveis em ações.

Os custos financeiros incorridos em virtude da captação de debêntures e financiamento são reconhecidos em rubrica redutora da dívida no passivo e amortizados pelo prazo do contrato, de acordo com a taxa efetiva de juros. Quando não houver evidências da probabilidade de captação de parte ou da totalidade da dívida, os custos financeiros já incorridos são reconhecidos no resultado do exercício.

Chapada do Piauí I Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



As debêntures e financiamento são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de debêntures e financiamento gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de debêntures e financiamento são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos.

Composição

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Circulante		Reclassificado
Debêntures	87.082	102.048
Empréstimo e financiamentos	353.888	385.554
(-) Custo de Captação	(1.157)	(1.626)
	439.813	485.976

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não atendeu ao índice mínimo de cobertura do serviço da dívida ("ICSD") previsto contratualmente. Embora o BNDES tenha emitido carta de abstenção quanto à declaração de vencimento antecipado, tal manifestação encontra-se condicionada, à inexistência de decretação de vencimento antecipado de suas debêntures, evento que não está sob o controle da Companhia. Diante dessa condição, não é possível assegurar que tais obrigações não venham a ser exigidas nos próximos 12 meses, razão pela qual o saldo devedor do financiamento do BNDES da Companhia foi reclassificado do passivo não circulante para o passivo circulante.

De forma semelhante, em 31 de dezembro de 2024, a Companhia também não atendeu ao ICSD mínimo contratual. Para esse exercício, foi solicitado e obtido junto ao BNDES *waiver* prévio ao descumprimento dessa obrigação, aprovado em 30 de dezembro de 2024, igualmente condicionado, à inexistência de decretação de vencimento antecipado de suas debêntures, condição que não está sob o controle da Companhia. Em função disso, o saldo devedor do financiamento do BNDES da Companhia I foi igualmente reclassificado para o passivo circulante em 31 de dezembro de 2024.

O detalhamento dessas condições encontra-se apresentado abaixo nas condições restritivas financeiras ("*covenants*").

Chapada do Piauí I Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



Companhia	Descrição	Valor Ingresso	Data de Emissão	Taxa Contratual	Amortização de Juros	Amortização de Principal	Vencimento	Garantias	Controladora e Consolidado	
									31/12/2025	31/12/2024
Chapada I	1ª emissão Debêntures	70.630	15/08/2015	IPCA + 9,223% a.a.	Semestral	Semestral	15/03/2029	(i) Penhor de ações das SPEs e da Emissora; (ii) Penhor de máquinas e equipamentos; (iii) Cessão Fiduciária de recebíveis e dividendos das SPEs e da Emissora; (iv) Conta de Pagamento das Debêntures, com preenchimento de 1/6 (um sexto) da próxima parcela, mensalmente aportados; (v) Conta Reserva do Serviço da Dívida de 1 (uma) parcela futura; (vi) Conta Reserva de O&M de 1/4 (um quarto) da projeção anual; (vii) Fiança Bancária, até <i>Completion</i> , de 25% do saldo devedor.	87.082	102.048
Chapada I	BNDES / Nº 14.2.1269.1 - Subcréditos A, B e C	Subcrédito A: 108.433 Subcrédito B: 365.464 Subcrédito C: 77.248 Total: 551.145	15/07/2015	TJLP + 2,18% a.a.	Mensal	Mensal	15/04/2032	(i) Penhor de ações das SPEs e da Emissora; (ii) Penhor de máquinas e equipamentos; (iii) Cessão Fiduciária de direitos creditórios; (iv) Conta Reserva do Serviço da Dívida de 3 parcelas; (v) Conta Reserva de O&M 1/4 (um quarto) da projeção anual; (v) Fiança Bancária, até <i>Completion</i> , de 25% do saldo devedor.	351.802	383.262
Chapada I	BNDES / Nº 14.2.1269.1 - Subcrédito D	3.461	15/07/2015	TJLP	Mensal	Mensal	15/04/2032	(i) Penhor de ações das SPEs e da Emissora; (ii) Penhor de máquinas e equipamentos; (iii) Cessão Fiduciária de direitos creditórios; (iv) Conta Reserva do Serviço da Dívida de 3 parcelas; (v) Conta Reserva de O&M 1/4 (um quarto) da projeção anual; (v) Fiança Bancária, até <i>Completion</i> , de 25% do saldo devedor.	2.086	2.292
								(-) Custo de captação de Dívidas	(1.157)	(1.626)
									439.813	485.976

Chapada do Piauí I Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



Movimentação

	Controladora e Consolidado			
	Debêntures	Financiamento	(-) Custo de captação	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2024	109.060	419.402	(2.199)	526.263
Provisão de juros	9.375	31.598	-	40.973
Atualização monetária	4.964	3.357	-	8.321
Amortização de custos de emissão de dívida			573	573
Liquidação do principal	(11.839)	(37.090)	-	(48.929)
Liquidação dos encargos	(9.512)	(31.713)	-	(41.225)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	102.048	385.554	(1.626)	485.976
Provisão de juros	8.357	29.052	-	37.409
Atualização monetária	4.006	9.234	-	13.240
Amortização de custos de emissão de dívida	-	-	469	469
Liquidação do principal	(18.653)	(40.793)	-	(59.446)
Liquidação dos encargos	(8.676)	(29.159)	-	(37.835)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	87.082	353.888	(1.157)	439.813

BNDES

Em 09 de março de 2015 a Chapada I obteve financiamento junto ao BNDES mediante contrato no valor total de R\$ 555.000, a ser pago em 192 parcelas a partir de 15 de maio de 2016, com taxa de juros de 2,18% a.a. (a título de remuneração) acima da TJLP, divulgada pelo Banco Central do Brasil sobre o valor principal de R\$ 551.000 e apenas TJLP para parcela do financiamento no montante de R\$ 4.000.

O financiamento obtido está sujeito a cláusula de vencimento antecipado cruzado (“*cross-acceleration*”) em relação às debêntures da Chapada I, bem como a cláusulas restritivas cujo eventual descumprimento pode resultar na antecipação do vencimento das obrigações.

Debêntures

Em 15 de agosto de 2015 a Chapada I emitiu debêntures no valor total de R\$ 71.348, com vencimento final em 15 de março de 2029, a ser pago em 20 parcelas, vencíveis entre 15 de setembro de 2019 até 15 de março de 2029, corrigidos pelo IPCA + juros de 9,233% a.a., e prazo de carência até 14 de setembro de 2019.

Condições restritivas financeiras (“*covenants*”)

Para o fechamento de 31 de dezembro de 2024, a Companhia não atingiu o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (“ICSD”) mínimo de 1,20 exigido no contrato de financiamento com o BNDES e na Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples. No entanto, foi solicitado ao BNDES um *waiver* prévio ao descumprimento desta obrigação, exclusivamente para o ano de 2024, o qual foi aceito e autorizado pelo banco, em 30 de dezembro de 2024, em condição resolutiva de eficácia, em caso de não apresentação, de plano de ação, no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data de emissão da carta, em termos aceitáveis pelo BNDES. No entanto, a Companhia não apresentou o plano de ação dentro do prazo estabelecido, o que gerou a ineficácia do *waiver* oferecido e, conseqüentemente, o inadimplemento do ICSD para o ano de 2024. Novamente, em 31 de dezembro de 2025, Companhia não atingiram o ICSD mínimo de 1,20. Ainda assim, foi solicitado ao BNDES um novo *waiver* prévio ao descumprimento desta obrigação, exclusivamente para o ano de 2025, e um *waiver* ao descumprimento para o ano de 2024, os quais ainda estão em análise pelo banco. Entretanto, em 30 de dezembro de 2025, o BNDES apresentou a Companhia carta de abstenção de declaração de vencimento antecipado em virtude de descumprimento de ICSD referente ao ano de 2024 e de eventual descumprimento de ICSD referente ao ano de 2025, em condição resolutiva para a Companhia, caso venha a ocorrer a decretação do vencimento antecipado das Debêntures da Companhia, exclusivamente em função do não atingimento do ICSD mínimo de 1,20 nos exercícios de 2024 e 2025. Considerando que não está no controle da Companhia determinar se as Debêntures da Companhia serão exigidas nos próximos 12 meses, o saldo devedor do financiamento com o BNDES da Companhia foi reclassificado da rubrica de passivo não circulante para a rubrica de passivo circulante.

Conforme previsto na cláusula 5.4. da escritura das Debêntures da Companhia, caso não haja atingimento dos índices de *covenants*, deverá ser chamada a Assembleia de debenturistas, para decretar ou não o vencimento antecipado da dívida. Nesse sentido, a Companhia convocou Assembleias Geral de Debenturistas (“AGD”), em 28 de abril de 2025, em primeira convocação, e em 06 de maio de 2025, em segunda convocação, para tratar, dentre outros temas, da obtenção de *waiver* pelo não atingimento do ICSD mínimo no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, sendo que, não foi verificada a presença de quórum mínimo para instalação. Nova convocação de AGD foi realizada, em 13 de novembro de 2025, em primeira convocação, e em 25 de novembro de 2025, em segunda convocação, para tratar, dentre outros temas, da obtenção de *waiver* prévio pelo não atingimento do ICSD mínimo no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, sendo que, não foi verificada a presença de quórum mínimo para instalação. Portanto, o saldo devedor das Debêntures de Chapada I continua classificado no curto prazo. Após a emissão das Demonstrações Financeiras, da Companhia deverá convocar nova AGD para deliberar sobre o não atingimento do ICSD mínimo no exercício de 2025 e demais anos anteriores.

17 Tributos e obrigações trabalhistas

Política contábil

Os tributos e obrigações trabalhistas a pagar são mantidos no passivo com a finalidade de reconhecer no balanço patrimonial do Grupo os valores contábeis que serão objeto de pagamento futuro.

Composição

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Circulante				
ICMS	-	-	80	1.818
PIS / COFINS	278	274	1.303	1.368
IRPJ / CSLL (i)	-	227	-	2.389
Tributos retido	33	11	129	86
Salários a Pagar	-	-	-	1
Provisões Trabalhistas	-	-	951	938
Encargos Sobre Folha de Pagamento	-	-	179	162
Outros tributos	9	-	48	-
	320	512	2.690	6.762

(i) No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o montante provisionado a título de IRPJ e CSLL foi segregado em rubrica específica no balanço patrimonial.

18 Provisões

Política contábil

As provisões são compostas substancialmente por provisões de ressarcimento, desmobilização e causas judiciais (civil, tributária e regulatória) que são reconhecidas quando:

Caso o Grupo tenha uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos;

É provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e

O valor puder ser estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida quando a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja provável.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

(a) Provisão para ressarcimento

As Contas Ressarcimentos (nota explicativa 1.5) com a CCEE refletem os efeitos sobre a geração de energia fora dos limites de tolerância estabelecidos (ou seja, a diferença entre a energia efetivamente gerada e a energia contratada). Tais variações fora dos limites implicam o registro por estimativa de ativos ou passivos contratuais. A administração do Grupo entende que a análise do atendimento a estes limites é uma estimativa significativa.

Composição

		Consolidado
	31/12/2025	31/12/2024
Circulante		
Provisão de ressarcimento (i)	44.243	22.113
Provisão de despacho (ii)	132.836	104.770
	177.079	126.883
Não circulante		
Provisão de ressarcimento (i)	33.824	35.799
	33.824	35.799
Total	210.903	162.682

(i) A provisão para ressarcimento está apresentada sem os efeitos do Despacho ANEEL nº 2.303/2019. Os valores reconhecidos encontram-se líquidos dos montantes relacionados a eventos de *curtailment* (cortes de geração), determinados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, decorrentes de limitações do sistema de transmissão ou requisitos operacionais. Em conformidade com a Resolução Normativa ANEEL nº 1.030/2022, que revogou a Resolução Normativa nº 927/2021, os volumes de energia não gerados em razão desses eventos foram reconhecidos como redutores da provisão de ressarcimento no exercício.

(ii) O Despacho ANEEL nº 2.303/2019 suspendeu temporariamente os ressarcimentos no âmbito do Ambiente de Contratação Regulada e da Energia de Reserva, para fins de análise e regulamentação dos eventos de *curtailment* de usinas eólicas. Tal suspensão vigorou até a conclusão da Audiência Pública nº 034/2019, que resultou na edição da Resolução Normativa nº 927/2021, posteriormente substituída pela Resolução Normativa nº 1.030/2022, atualmente vigente.

Tal regulamentação definiu metodologias distintas para apuração da energia não fornecida em decorrência dos eventos de *curtailment*, aplicáveis àqueles ocorridos até setembro de 2021 e àqueles posteriores. A operacionalização dos cálculos e reapurações dos ressarcimentos pela CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica; foi condicionada a ajustes sistêmicos e validações com o ONS, conforme comunicados ao mercado. Em dezembro de 2022, a CCEE divulgou cronograma de reapurações referente ao período de janeiro de 2018 a setembro de 2021, cujas liquidações tiveram início em junho de 2023.

Já a apuração dos eventos ocorridos de outubro de 2021 em diante, dependia da finalização da Consulta Pública ANEEL nº 22/2022, que tratou dos aprimoramentos das Regras de Comercialização em atendimento à Resolução Normativa ANEEL nº 927/2021, posteriormente convertida na Resolução Normativa ANEEL nº 1.030/2022. Assim, em dezembro de 2024, foi emitida a Resolução Normativa ANEEL nº 1.109/2024, que aprovou tais Regras viabilizando, portanto, a continuidade das reapurações para o período.

Em maio de 2025, através do comunicado CO 372/25, novo cronograma para as reapurações referentes ao período de outubro de 2021 em diante foi divulgado, e as liquidações tiveram início em julho de 2025.

No entanto, em decorrência da publicação da Lei 15.269/2025, que expande o volume de eventos de *curtailment* compensáveis ao gerador ocorridos desde 1º de setembro de 2023, anulando limites impostos pela Resolução Normativa ANEEL nº 1.030/2022, novo comunicado ao mercado foi publicado pela CCEE em 15 de dezembro de 2025, novamente suspendendo os pagamentos referentes ao passivo dos ressarcimentos contratuais no ACR – Ambiente de Contratação Regulada, que serão tratados posteriormente conforme instrução regulatória e serão informados ao mercado em comunicação específica.

Chapada do Piauí I Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



Movimentação

				Consolidado	
	Passivo circulante			Passivo não circulante	
	Provisão de ressarcimento	Provisão de despacho	Total	Provisão de ressarcimento	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2024	51.606	80.510	132.116	12.346	12.346
Provisão	18.337	4.293	22.630	29.613	29.613
Pagamento	-	(38.381)	(38.381)	-	-
Atualização financeira	-	4.358	4.358	-	-
Transferência	(47.830)	53.990	6.160	(6.160)	(6.160)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	22.113	104.770	126.883	35.799	35.799
Provisão	59.474	-	59.474	(12.662)	(12.662)
Pagamento	-	(3.473)	(3.473)	-	-
Atualização financeira	-	4.882	4.882	-	-
Transferência	(37.344)	26.657	(10.687)	10.687	10.687
Saldos em 31 de dezembro de 2025	44.243	132.836	177.079	33.824	33.824

(b) Provisão para desmobilização de ativos

A mensuração das obrigações para desmobilização de ativos envolve julgamento sobre diversas premissas. Sob o ponto de vista ambiental, refere-se às obrigações futuras de restaurar e recuperar o meio ambiente para condições ecologicamente similares às existentes antes do início do projeto ou atividade, ou de realizar medidas compensatórias acordadas com os órgãos competentes, em virtude da impossibilidade de retorno a essas condições pré-existentes. Essas obrigações surgem a partir do início da degradação ambiental.

As provisões para desmobilização de ativos consideram que as controladas, ou seja, parques eólicos com contratos de arrendamentos dos terrenos, assumiram obrigações de retirada de ativos ao final do prazo do contrato. As provisões foram inicialmente mensuradas ao seu valor justo e, posteriormente, são ajustadas ao valor presente e a mudanças nos valores ou tempestividades dos fluxos de caixa estimados. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo imobilizado e serão depreciados pelo prazo de autorização do parque eólico.

O valor da provisão de desmobilização, no consolidado, foi contabilizado com base em estimativa do custo total de desmontagem das plantas das controladas da Companhia, conforme laudo técnico efetuado por consultor externo especialista do mercado de energia eólica. O laudo, efetuado em 2023, considera as obrigações de desmobilização existentes em função dos contratos regulatórios, ambientais e de arrendamentos dos terrenos das controladas, tendo como contrapartida o ativo imobilizado. Os valores do laudo com data base 2023 foram projetados até o término dos contratos de arrendamento dos terrenos com uma taxa de inflação de 3,50% ao ano em 2025 (3,90% em 2024) ao ano e atualizados a valor presente a uma taxa de desconto Nota do Tesouro Nacional – Série B (“NTN-B”) mais IPCA de 10,66% ao ano em 2025 (11,36% em 2024) ao ano.

Composição

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Não circulante		
Desmobilização	8.259	6.957
Total	8.259	6.957

Movimentação

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	6.957	7.082
Adição, (reversão) de AVP	512	(859)
Atualização financeira	790	734
	8.259	6.957

(c) Provisão para causas judiciais

O Grupo está envolvido em várias ações judiciais que se encontram em instâncias diversas.

As perdas classificadas como possíveis não são reconhecidas contabilmente, sendo divulgadas nas notas explicativas. As contingências cujas perdas são classificadas como remotas não são provisionadas nem divulgadas, exceto quando, em virtude de visibilidade do processo o Grupo considere sua divulgação seja relevante. As classificações das perdas, baseiam-se nas avaliações e opiniões dos consultores jurídicos do Grupo.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, o qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação; essas variações são reconhecidas no resultado do exercício.

Chapada do Piauí I Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



Cíveis

Referem-se às ações de natureza comercial e indenizatória, movidas por pessoas físicas e jurídicas, envolvendo repetição de indébito, danos materiais, danos morais entre outros.

Tributárias

Referem-se a ações tributárias e impugnações de cobranças, intimações e autos de infração fiscal referente a diversos tributos, tributos, tais como contribuições sociais, IOF, ISS, Taxa de Licença para Localização e Funcionamento de Estabelecimentos, INSS, dentre outros.

Regulatório

Referem-se às ações envolvendo restrição de operação por *constrained-off*, autos de infração envolvendo Resolução da Aneel 921/2021 e afastamento de cobranças e penalidades.

(i) Contingências prováveis

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, consta R\$1.142 (R\$ 66 em 31 de dezembro de 2024) referente processos com probabilidade de perda avaliada como provável nas quais o Grupo esteja envolvido.

Chapada do Piauí I Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



(ii) Depósitos judiciais ativos demonstrados como segue:

O Grupo possui depósitos judiciais referente às questões em andamento conforme apresentado a seguir:

Controladas	31/12//2025			Consolidado			31/12/2024
	Cíveis	Tributários	Total	Ambientais	Cíveis	Tributários	Total
Ventos de Santa Joana IX	-	41	41	-	-	32	32
Ventos de Santa Joana X	-	41	41	-	-	32	32
Ventos de Santa Joana XI	-	30	30	-	-	21	21
Ventos de Santa Joana XII	-	112	112	-	-	76	76
Ventos de Santa Joana XIII	-	41	41	-	-	32	32
Ventos de Santa Joana XV	688	65	753	5	621	46	672
Ventos de Santa Joana XVI	-	47	47	-	-	32	32
	688	377	1.065	5	621	271	897

(iii) Composição causas possíveis

Controladas	31/12/2025				Consolidado			31/12/2024
	Regulatório	Cíveis	Tributários	Total	Cíveis	Tributários	Total	
Ventos de Santa Joana IX	179	-	364	543	-	919	919	
Ventos de Santa Joana X	179	-	364	543	-	-	-	
Ventos de Santa Joana XI	179	-	364	543	-	-	-	
Ventos de Santa Joana XII	179	-	-	179	-	6.089	6.089	
Ventos de Santa Joana XIII	179	-	-	179	-	-	-	
Ventos de Santa Joana XV	179	1.350	-	1.529	1.290	95	1.385	
Ventos de Santa Joana XVI	179	-	364	543	-	836	836	
	1.250	1.350	1.458	4.057	1.290	7.939	9.229	

Chapada do Piauí I Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



19 Patrimônio líquido

Capital social

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o capital social subscrito e integralizado da Companhia era de R\$ 526.174 correspondente a 526.173.571 ações totalmente subscritas e integralizadas conforme assembleia geral extraordinária realizada de 12 de setembro de 2024.

Acionistas	%	Controladora e Consolidado	
		31 de dezembro de 2025 e 2024	
		Quantidade de ações	Capital social integralizado
Chapada Branca	100%	526.173.571	526.174
		526.173.571	526.174

20 Receita líquida de vendas

Política contábil

A receita é reconhecida quando o controle dos bens é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual as controladas da Companhia esperam ter direito por esses bens. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é composta pela receita ocorrida pela venda de energia elétrica (faturada ou não faturada).

Os registros das operações de compra e venda de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE") estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração.

A reconciliação entre as vendas brutas e a receita líquida é como segue:

	Consolidado			
	31/12/2025		31/12/2024	
	MWh	Valor	MWh	Valor
Receita com contrato de energia (CER)	875.124	183.005	875.124	175.362
(-) Provisão de ressarcimento		(46.812)		(47.950)
Receita bruta mercado regulado		136.193		127.412
Compensação CCEE	-	2	-	-
Receita bruta mercado livre		2		-
Total receita bruta		136.195		127.412
(-) Impostos sobre vendas		(4.976)		(4.651)
(-) TFSEE		(890)		(840)
		130.329		121.921

Chapada do Piauí I Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



21 Custo do serviço de energia elétrica

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Energia elétrica comprada para revenda (i)	(67)	(38)
Encargos de uso do sistema de conexão e transmissão	(6.834)	(7.683)
Custo de operação (a)	(81.214)	(73.059)
	(88.115)	(80.780)

(i) A compra de energia está relacionada a duas operações: (a) necessidade compra de lastro para cobertura da redução de garantia física das usinas do complexo; (b) recomposição do lastro da média móvel de 12 meses.

(a) Custo de operação

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Pessoal	(3.854)	(2.945)
Operação e Manutenções (i)	(25.558)	(2.784)
Materiais, serviços de terceiros e outros (i)	(8.646)	(33.069)
Gestão ambiental (ii)	(600)	-
Aluguel (iii)	(2.687)	-
Seguro (iv)	(2.089)	(22)
Taxas de Licenças, permissões e associações (ii)	(156)	-
Água, luz, esgoto e telecomunicação (ii)	(244)	-
Despesas Tributárias (ii)	(466)	-
Viagens (iii)	(169)	-
Amortizações - direito de uso	(701)	(166)
Depreciações e amortizações	(36.005)	(34.073)
Outras despesas (iii)	(39)	-
	(81.214)	(73.059)

(i) Em 31 de dezembro de 2024, a rubrica de Operações e manutenções e Materiais, serviços de terceiros e outros ficou apresentado invertido.

(ii) Em 31 de dezembro de 2024, as rubricas de Taxas de licenças, permissões e associações, Água, luz, esgoto e telecomunicação, Despesas tributárias e Gestão ambiental foram apresentadas em conjunto com a rubrica de Materiais, serviços de terceiros e outros.

(iii) Em 31 de dezembro de 2024, as rubricas de Aluguel, Viagem e Outras despesas foram apresentadas em conjunto com a rubrica de Operação e Manutenções.

(iv) Em 31 de dezembro de 2024, os gastos com Seguros eram contabilizados como despesas.

22 Despesas gerais e administrativas e outros ganhos e (perdas) líquidos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Serviços de terceiros	(163)	(376)	(1.552)	(3.270)
Materiais, manutenção e Veículos (i)	(2)	-	(22)	-
Aluguéis	(1)	-	(33)	(41)
Seguros	-	-	(41)	(2.338)
Água, luz, esgoto e telecomunicação	-	-	(8)	(127)
Viagens	(11)	(1)	(114)	(181)
Despesas tributárias	-	(68)	(22)	(667)
Pessoal (ii)	-	-	(2.288)	-
Outras receitas (despesas) operacionais	(3)	(47)	(141)	(864)
Provisão contingências (i)	-	-	(926)	-
Taxas de licenças, permissões e associações (i)	(51)	-	(467)	-
Despesas compartilhadas (iii)	-	-	-	(4.480)
Perda na baixa do imobilizado (iv)	-	-	(23.915)	(15.915)
Outros ganhos (iv)	-	200	2.773	-
	(231)	(292)	(26.756)	(27.883)

(i) Em 31 de dezembro de 2024, as rubricas Materiais, manutenção e veículos; Taxas de licenças permissões e associações; e Provisão contingências foram apresentadas em conjunto com a rubrica de outras receitas (despesas) operacionais.

(ii) Em 31 de dezembro de 2024, a rubrica Pessoal foi apresentada em conjunto com a rubrica de Despesas compartilhadas.

(iii) Em 31 de dezembro de 2024, a rubrica Despesas compartilhadas era apresentada pelo valor total consolidado das despesas compartilhadas. Já em 31 de dezembro de 2025, essas despesas passaram a ser apresentadas de forma detalhada, com contabilização segregada por rubrica de despesa ou por custo, conforme aplicável.

(iv) A soma destas duas rubricas corresponde a rubrica Outros ganhos e (perdas). Líquidos da DRE.

As baixas de imobilizado referem-se à campanha de manutenção da Companhia, na qual são realizadas substituições de grandes componentes dos aerogeradores.

23 Resultado financeiro

Política contábil

As receitas financeiras decorrentes de aplicações financeiras são reconhecidas com base na taxa de juros pactuada contratualmente. Os juros são apropriados ao valor dos ativos financeiros, em contrapartida de receitas financeiras.

As receitas financeiras sobre contas a receber vencidas são reconhecidas pelo critério *pro rata temporis*, utilizando-se a taxa de juros prevista em contrato. Tais encargos são incorporados ao saldo das contas a receber, com registro em receitas financeiras.

As despesas financeiras relativas a debêntures e financiamento são reconhecidas com base nas taxas de juros contratuais, observando-se o regime de competência.

Não foram efetuadas compensações entre receitas e despesas financeiras.

Chapada do Piauí I Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras				
Receitas de aplicações financeiras	21.071	9.367	21.551	10.799
PIS/COFINS sobre receita financeira	(3.364)	(2.730)	(3.364)	(2.730)
Juros sobre cessão de recebíveis	51.117	49.196	-	-
Variações cambiais	-	-	-	743
Outras receitas financeiras	155	145	284	210
	68.979	55.978	18.471	9.022
Despesas financeiras				
Juros debêntures e financiamento	(37.409)	(40.973)	(37.409)	(40.973)
Atualização monetária sobre debêntures e financiamento	(13.240)	(8.321)	(13.240)	(8.321)
Amortização de custos de emissão de dívida	(469)	(573)	(469)	(573)
Comissões bancárias	(2.605)	(4.081)	(2.795)	(4.270)
Multas, juros, tarifas e taxas	(11)	-	(53)	-
Atualização financeira de passivo de arrendamento	-	-	(203)	(27)
Atualização financeira de desmobilização	-	-	(790)	(734)
Atualização financeira de ressarcimento (i)	-	-	(4.701)	(4.200)
Outras despesas financeiras	(559)	(228)	(1.185)	(941)
	(54.293)	(54.176)	(60.845)	(60.039)
Resultado financeiro	14.686	1.802	(42.374)	(51.017)

(i) A atualização financeira da provisão do ressarcimento está apresentada líquida dos efeitos de PIS e COFINS.

24 Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Os tributos diferidos ativo nas controladas são constituídos com base nas diferenças temporárias existentes entre a base de cálculo contábil e fiscal oriundas dos desvios apurados entre a energia gerada e a efetivamente faturada do Grupo. Os impostos diferidos foram calculados utilizando como forma de tributação o lucro presumido. A expectativa de realização dos respectivos impostos está de acordo com os ciclos anuais e quadrienais dos contratos de comercialização de energia.

Os tributos diferidos passivos são constituídos com base nas diferenças temporárias das receitas financeiras de aplicações financeiras.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. O imposto de renda e a contribuição social na Controladora são apurados com base no regime de tributação do lucro real e nas controladas são apurados com base no regime de tributação do lucro presumido. Com base neste último regime, o lucro tributável corresponde a 8% da receita de geração de energia elétrica, acrescido de outras receitas operacionais e financeiras, para fins de imposto de renda, e 12% das vendas de geração de energia elétrica, acrescido de outras receitas operacionais e financeira, para fins de contribuição social.

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15%, acrescido de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para imposto de renda e a contribuição social é calculada à alíquota de 9%.

Reconciliação da despesa do imposto de renda e contribuição social

Chapada do Piauí I Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízos antes do imposto de renda e contribuição social	(30.997)	(42.190)	(26.916)	(37.759)
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%
Imposto calculado com base na alíquota de imposto local, aplicável aos lucros	10.539	14.345	9.151	12.838
Despesas permanentes não dedutíveis	(1.020)	48	(1.020)	48
Resultado de equivalência patrimonial	(15.454)	(14.752)	-	-
Utilização de prejuízo fiscal	1.459	108	1.459	108
Redutor adicional de 10%	24	24	24	24
Diferença de apuração pelo regime de lucro presumido	-	-	(16.848)	(17.676)
Encargo fiscal	(4.452)	(227)	(7.234)	(4.658)
Corrente	(3.153)	(227)	(8.733)	(5.087)
Diferido	-	-	1.499	429
Despesa de IRPJ e CSLL	(3.153)	(227)	(7.234)	(4.658)
Alíquota efetiva	-	-	79%	36%

(i) A alíquota efetiva no consolidado considera a tributação das Controladas com base no lucro presumido.

Na Controladora, o saldo de prejuízo fiscal acumulado é de R\$ 241.368 (R\$ 245.657 em 31 de dezembro de 2024), o qual também constitui base negativa de contribuição social no mesmo valor.

O Em 31 de dezembro de 2025, não há saldo de diferenças temporárias acumuladas na Controladora. Em 31 de dezembro de 2024, esse saldo era de R\$ 2.

Em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024, não foram reconhecidos os ativos de impostos diferidos relacionados a diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido acumulado, pois a Companhia não tem expectativa de geração de resultado tributável futuro para realização dos respectivos valores.

25 Prejuízo básico e diluído atribuível por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do prejuízo do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e à média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados. O Grupo não possui potenciais instrumentos conversíveis em ações nem instrumentos financeiros ou contratos que possam resultar na emissão de ações ordinárias como debêntures conversíveis, bônus de subscrição, opções de compra de ações, planos de remuneração baseada em ações ou ações ordinárias potenciais. Dessa forma, não houve diluição no exercício e, portanto, o resultado por ação diluído é idêntico ao resultado por ação básico.

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia	(34.150)	(42.417)
Quantidade média ponderada de ação	526.174	476.765
Resultado básico e diluído atribuível por ação R\$	(0,06)	(0,09)

Chapada do Piauí I Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



26 Compromissos

				Consolidado
	Até 1 ano	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Arrendamento (i)	2.775	7.689	28.686	39.150
Contrato de manutenção (ii)	27.683	116.886	138.824	283.393
Contrato de transmissão (iii)	7.664	42.439	49.198	99.301
	38.122	167.014	216.708	421.844

(i) Arrendamento de terrenos

Contratos firmados com os proprietários das terras onde os parques eólicos são instalados e que preveem prazo de locação de até 49 anos.

Os contratos de arrendamento de terrenos preveem pagamentos integralmente variáveis, vinculados ao faturamento das controladas. Dessa forma, conforme o CPC 06 (R2) / IFRS 16, esses contratos não compõem a mensuração do passivo de arrendamento e do ativo de direito de uso, sendo reconhecidos diretamente no resultado do exercício à medida que são incorridos.

(ii) Contrato de manutenção

Contratos de longo prazo firmados com o fornecedor de serviços e equipamentos de cada parque eólico para manutenção.

(iii) Contrato de transmissão

São os contratos de longo prazo junto com as empresas de transmissão para envio da energia gerada em cada parque eólico.

27 Atividade de investimento não envolvendo caixa

A atividade de investimento descrita abaixo não tem impacto direto sobre os fluxos de caixa correntes, muito embora afete a estrutura de capital e de ativos do Grupo.

De acordo com o CPC 03 (R2), a exclusão de transações que não envolvem caixa ou equivalentes de caixa da demonstração dos fluxos de caixa é consistente com o objetivo da referida demonstração, visto que tais itens não envolvem fluxos de caixa no período corrente.

Principal transação que não afeta o caixa	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Aquisições de bens do ativo imobilizado - a prazo	4.057	18.027
Em atividades de investimentos	4.057	18.027

28 Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos, adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

As modalidades de seguros contratados pela Companhia e suas controladas refere-se principalmente a riscos operacionais com cobertura de lucros cessantes, responsabilidade civil.

29 Eventos subsequentes

Em 30 de março de 2026, posterior à data-base do balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2025, a Companhia Chapada I recebeu *waiver* do BNDES referente ao descumprimento de ICSD mínimo de 2024 e 2025. Como consequência direta dessa autorização, o saldo da referida dívida – previamente reclassificado para passivo circulante em 31/12/2025 – foi transferido para passivo não circulante ainda em março de 2026. Essa movimentação reflete a exigibilidade da dívida conforme seu cronograma contratual.

* * *

Francisco Moya Reina

Diretor Presidente

Gabriel Marinho de Farias

Diretor Financeiro e de Relação com Investidores

Rodrigo Cesar de Moraes

Controller

Cristiano Soares Pavane

Contador

CRC 1SP271178/O-8